



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento- ICPD

NEILSON FONTES MENDES

**FENAE: DA ESTRUTURA BUROCRÁTICA AO MOVIMENTO SINDICAL
POLITIZADO (DÉCADAS DE 1970 e 1980)**

Brasília
2015

NEILSON FONTES MENDES

**FENAE: DA ESTRUTURA BUROCRÁTICA AO MOVIMENTO SINDICAL
POLITIZADO (DÉCADAS DE 1970 e 1980)**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu, História, Sociedade e Cidadania.

Orientador: Prof.^a. Cristiane de Assis Portela

Brasília
2015

NEILSON FONTES MENDES

**FENAE: DA ESTRUTURA BUROCRÁTICA AO MOVIMENTO
SINDICAL POLITIZADO (DÉCADAS DE 1970 e 1980)**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
graduação Lato Sensu História, Sociedade
e Cidadania.

Orientador: Prof.^a. Cristiane Portela

BRASÍLIA, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. NOME COMPLETO

PROF. DR. NOME COMPLETO

AGRADECIMENTO

Agradeço a oportunidade que a mim foi confiada pela empresa em que trabalho (Fenae). São quase 20 anos na empresa. Durante esse período, constitui a minha família e pude dar uma vida mais digna a ela. A Fenae também contribuiu para a minha formação acadêmica, já que esse era um sonho distante quase inatingível e eu não conseguiria recomeçar meus estudos, graduar-me e fazer uma pós-graduação se não fosse a bolsa de estudos que a empresa concede aos seus funcionários. A Fenae me proporcionou essa realidade e só tenho a agradecer.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de trabalho que sempre me apoiaram e me incentivaram para que lutasse com muito afinco até o fim. Agradeço especialmente ao amigo jornalista Antônio José por sua colaboração. E também a minha família, que sempre me incentivou todos os dias.

Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar como foram as lutas e conquistas da Fenae, ou como se deu a unificação das Caixas Econômicas nas esferas estaduais, assim como as relações entre a empresa e os trabalhadores do banco, o único 100% público no Brasil. Foi daí que surgiu o que hoje conhecemos como Caixa Econômica Federal. Pretende também identificar qual foi o papel da Fenae e dos empregados durante os governos militares e por ocasião do início da redemocratização do país. E, nesse caso, entender como foi o período entre as décadas de 1970 e 1980 e como essas épocas representaram mudanças significativas nas relações de trabalho. Outra finalidade é analisar como se deu a mudança de uma estrutura burocrática para o movimento sindical politizado da década de 1980. Conclui-se, portanto, que a fundação da Fenae e a unificação das Caixas trouxeram benefícios ao longo do tempo para muitos trabalhadores de todo o país. Nessa pesquisa foram usados materiais do Centro de Documentação (Cedoc) da Fenae, como revistas, livros e artigos relativos a esses períodos.

Palavras-chave: Fenae. Associação. União e Organização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DA CLASSE OPERÁRIA NA EUROPA.....	9
1.1 A classe operária e a implantação das organizações sindicais.....	12
1.1.2 O início da classe operária no Brasil.....	15
1.1.3 O início das organizações sindicais no Brasil.....	16
2 A ESTRUTURAÇÃO DA FENAE DENTRO DO CONTEXTO HISTÓRICO.....	25
2.1 As principais conquistas da Fena.....	33
2.1.1 A Fena estreitando os laços com os associados.....	48
2.2 Fena na década de 1980 e a politização do movimento sindical.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

Em 2014 a Fenae¹ comemorou o seu 43º aniversário, sendo reconhecida por seus pares como uma entidade que procurou ao longo de sua história contribuir para o desenvolvimento do país. Este trabalho de conclusão de curso tem como finalidade demonstrar quais os caminhos percorridos pela Fenae na conquista das reivindicações dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF). O objetivo é caracterizar o marco de identidade da Fenae, e mostrar como a instituição se transformou no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Foram utilizadas fontes documentais retiradas do Cedoc da Fenae, dado que contém um significativo acervo com jornais, revistas, livros e um vasto material digitalizado e disponível no site da Federação: www.fenae.org.br. Também foram estabelecidas interlocuções teóricas diversas, como a praticada com a leitura do livro de Vitor Giannotti *“História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil”*, obra que possibilita a contextualização do tema.

O marco inicial da caminhada da Fenae ocorreu nos anos 1970, em meio a um período crítico de nossa história: o contexto de ditadura militar e os movimentos de contestação ao sistema autoritário vigente. Nesse sentido, a unificação das antigas Caixas era uma reivindicação antiga, não sendo apenas um ato simbólico, representando também a unificação de milhares de trabalhadores dessa instituição, pessoas comuns que em sua grande maioria tinham o sonho de ver as Caixas Econômicas espalhadas pelo território brasileiro unificadas, o que fortaleceria as demandas da categoria. Lutaram por esse reconhecimento e o sonho virou realidade. Isso possibilitou mais esperança e dignidade em torno de muitos benefícios. Foi sob o guarda-chuva da unificação que nasceu a Fenae.

A década de 1970 ficou marcada em nosso país como um período conturbado, no qual os movimentos sociais e de trabalhadores foram reprimidos com rigor devido a suas reivindicações. É nesse contexto político e social difícil que nasce a Fenae. Inicialmente, a entidade optou pelo diálogo e aproximação com esse

¹ A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) foi fundada em 29 de maio de 1971, durante o 6º Congresso Nacional das Associações de Pessoal, em Curitiba (PR), para dar maior integração e unidade ao movimento associativo dos empregados da Caixa.

regime repressor, como a forma mais adequada para conquistar as suas reivindicações. Com a chegada dos anos 1980, o cenário político e social muda progressivamente. A entrada de novos funcionários na CEF, oriundos de movimentos sociais mais politizados, jovens que vinham de escolas, de universidades e já participavam de movimentos contra a ditadura militar. Isso foi determinante para estabelecer mudanças significativas nos debates relacionados, não só às reivindicações da categoria, mas também na defesa dos empregos dos trabalhadores. A cordialidade que foi usada durante a década de 1970 como estratégia perderia espaço durante os anos 1980. Os embates mais exacerbados, e até o radicalismo em alguns casos, marcariam a luta no campo das reivindicações trabalhistas, já que agora o que estava em jogo era também a busca por mais espaço no cenário político nacional, de modo a fortalecer as organizações dos trabalhadores.

A fim de contextualizar, apresento alguns momentos históricos das lutas trabalhistas no Brasil e do mundo, analisando que o começo da industrialização foi importante para o desenvolvimento econômico. Junto a essas preocupações, questões relacionadas aos direitos e à dignidade também surgiram. Houve mudanças significativas na organização dos trabalhadores, demonstrando os caminhos percorridos pelas entidades sindicais na busca por conquistas. O surgimento das indústrias trouxe também não só o desenvolvimento do país, já que ela veio acompanhada também pelas inquietações de muitos trabalhadores na conquista das suas reivindicações. O nascimento da Fenae é resultado desse contexto mais amplo.

O capítulo 1 deste trabalho faz um relato sucinto do nascimento da revolução industrial e da classe operária na Europa, relativos ao final do século XVIII. Os acontecimentos desses períodos representaram mudanças importantes nas relações entre patrões e operários. Ao longo do tempo, contudo, essas mudanças foram decisivas para a implantação de organizações de classes.

No capítulo 2, o foco é o nascimento e estruturação da Fenae dentro do contexto histórico. Há informações referentes às conquistas que beneficiaram boa parte dos trabalhadores da CEF e mostro também como se deu a mudança da estrutura burocrática da década 1970 para o processo do movimento sindical

politizado da década 1980, finalizando com reflexões sobre o estreitamento das relações da Fenae com as associações do pessoal da CEF afiliadas, denominadas Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcefs). Há, em todo o Brasil, 27 dessas entidades.

1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CLASSE OPERÁRIA NA EUROPA

No final do século XVIII, com a invenção de máquinas movidas a vapor, houve uma mudança radical na sociedade, representada pela passagem gradual da manufatura para a indústria, sem dúvida um divisor de águas nas relações sociais e trabalhistas. Agora, o pequeno barracão poderia transformar-se em uma grande construtora com muitas máquinas e trabalhadores, mas essa relação nunca foi harmoniosa. Os novos trabalhadores desses galpões seriam chamados de operários, eram explorados e recebiam pelos seus trabalhos salários irrisórios, ao contrário de seus patrões que ficavam com todo o lucro de suas fábricas.

O desenvolvimento das indústrias e as descobertas de novas técnicas puderam assegurar os lucros e o bem estar-estar da burguesia empresarial. Para os trabalhadores só restava uma alternativa: trabalhar até a morte. A jornada de trabalho era exaustiva, chegando até a 18 horas durante os 365 dias do ano, muitos morriam de fome e de cansaço, viviam na miséria e os locais de trabalho eram extremamente insalubres. Conforme lembra Giannotti (2009, p. 30), “na Europa que começava a se industrializar, há 200 anos, não se falava em descanso aos domingos ou em férias anuais.” Os operários iniciaram as suas reivindicações, dentre elas estava a diminuição das horas trabalhadas. As lutas trabalhistas também eram por salários mais justos e assistência quando os operários estivessem afastados por causa de acidentes de trabalho provocados pelas máquinas.

A classe operária agora tinha em suas mãos uma nova ferramenta de luta: a paralisação das máquinas. Esse mecanismo seria importante para pressionar os patrões, pois as máquinas paradas representavam a queda da produção e, evidentemente, dos lucros também. Aliás, com o tempo, esse mecanismo ficou conhecido como greve, passando desde então a ser a principal arma dos trabalhadores.

Com a conquista das reivindicações iniciais, os operários ingleses passaram a exigir outros direitos, que iam da redução de horas e de melhores salários ao voto universal secreto e outros direitos sociais, como escolas gratuitas.

Essas reivindicações ficaram conhecidas como Movimento Cartista, pois a luta era para que a Carta Constitucional fosse aprovada, como forma de garantir

direitos no trabalho e na vida de todos os cidadãos. Em 1842 na Inglaterra aconteceu a primeira greve geral da história, sendo essa inspirada por novas ideologias e conceitos que estavam em plena expansão. As ideias de Marx e Engels se espalharam pelo mundo e em 1848 foi lançado o Manifesto do Partido Comunista, que tinha como princípio básico expandir para o mundo inteiro as ideias socialistas e a luta de classes entre os operários e a burguesia. Conforme Giannotti (2009, p.39), “o Manifesto também falava da necessidade de se criar uma nova ordem social, no mundo inteiro. Uma sociedade sem explorados e exploradores, uma sociedade socialista, comunista.

Marx via a necessidade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, e/ou partidos políticos como mecanismo de luta com o objetivo de derrubar a burguesia e conquistar o poder. A história dos trabalhadores ficou marcada por conquistas e retrocessos em busca de mais direitos sociais e trabalhistas, sendo que em 1886 haveria o marco dessa luta. O dia 1º de maio ficou conhecido pela luta de operários que reivindicavam o direito de trabalhar por 8 horas diárias. Em 1886 nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, iniciou-se uma greve que teve como principal objetivo conquistar a jornada de 8 horas de trabalho. Conforme Giannotti (2009, p.37), nos panfletos distribuídos pelos movimentos grevistas estava escrito: *“A partir de hoje, nenhum operário deve trabalhar mais de 8 horas por dia: 8 horas de trabalho, 8 horas de repouso e 8 horas de educação”*.

A resposta das autoridades foi dura e violenta. Policiais mataram vários operários e prenderam os líderes, muitos deles foram condenados, sendo cinco condenados à morte, dois a prisão perpétua e um a 15 anos de cadeia. Apesar da derrota, houve em 1890, com o apoio de movimentos anarquistas, uma nova greve. A data foi a mesma, 1º maio, para homenagear e lembrar a greve de 8 horas de 1886, conhecida depois como a greve dos Mártires de Chicago.

Em 1891 “a Internacional Socialista, criada dois anos antes, declarou o dia 1.º de Maio como o Dia Internacional da Luta dos Trabalhadores a ser comemorado, todo ano, com greves e manifestações.” (GIANNOTTI, 2009. p. 37). Em 1864 foi criada a primeira organização internacional de trabalhadores, a AIT (Associação Internacional de Trabalhadores). Esta se expandiu pelo mundo. Assim, da Europa e dos EUA aparecem as primeiras centrais sindicais e os primeiros

partidos políticos dos trabalhadores. Na Alemanha em 1869, surge o primeiro partido político socialista da história, o partido Operário Social Democracia Alemão (SPD). Na década de 1840 já existia uma efervescência em relação à criação de partidos políticos entre os trabalhadores, o Manifesto do Partido Comunista, sobre a bandeira de uma sociedade socialista e justa. O mecanismo de luta foi lançado e haveria a necessidade de criar novas formas de organizações, como centrais sindicais, partidos socialistas, associações internacionais etc. Essas organizações seriam de grande valia para os próximos séculos.

O início do século XX representará o nascimento de muitas confederações sindicais de abrangência internacional. Agora, em muitos países onde operários estivessem organizados em sindicatos, nasceriam centrais sindicais. A França e Alemanha são exemplos disso, já que foram os primeiros países a ter partidos socialistas.

Ao longo do tempo foram criadas organizações que puderam delimitar e ao mesmo tempo expandir seus projetos, uma delas foi a Organização Internacional Comunista ou a 3ª Internacional. O ano de 1900 foi importante para a organização dos trabalhadores, seja para a criação de partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, confederações e associações internacionais. A Revolução Russa de 1917 foi fundamental para a concretização da luta socialista no mundo inteiro.

A revolução conquistou, num primeiro momento, o poder para os trabalhadores. Tornou-se exemplo para os comunistas do mundo inteiro. O sonho de uma vida melhor para os milhões de operários e camponeses de cada país poderia tornar-se realidade. (GIANNOTTI, 2009, p. 42)

A Revolução Russa representou o motor propulsor das lutas dos trabalhadores pelo mundo. “A primeira medida da Revolução Russa foi estabelecer a jornada de 8 horas” (GIANNOTTI, 2009, p. 47). Entre 1918 a 1921 foram colocadas em prática as tentativas de estabelecer revoluções socialistas em muitos países europeus. E os surgimentos dos sindicatos foram também de extrema importância para a classe operária, pois foi com a criação dessas organizações que muitos trabalhadores puderam colocar em prática suas estratégias diante dos patrões.

O surgimento do movimento operário brasileiro não foi diferente. Aqui, a exemplo do que ocorreu em muitos outros países, os sindicatos nasceram como mecanismo de proteção e de garantias sociais perante a classe dominante. Nesse contexto, a organização sindical não deveria ser observada em um segundo plano, pois na sociedade industrial em que vivemos os sindicatos são a mais ampla e generalizante forma associativa, conforme corrobora Giannotti:

Além dessa importância “numérica”, a análise das várias estruturas sindicais mostra, atrás delas, as visões políticas globais sobre a sociedade. A estrutura sindical de cada país é fruto de uma determinada visão política dominante. (GIANNOTTI, 2009, p. 16)

O Brasil no final do século XIX também começava a estruturar as suas organizações sindicais. Uma nova maneira de perceber o mundo social surgia e essas mudanças influenciariam a criação de várias organizações sindicais em prol de benefícios sociais e trabalhistas. Entretanto, as conquistas desses benefícios seriam árduas.

1.1 A classe operária e a implantação das organizações sindicais

Nesse processo de construção de organizações sindicais, os operários ingleses foram os percussores das primeiras experiências para constituir uma organização sindical, os *trade-unions*², uma espécie de união sindical. Ela nasce com a lei de 1824 do Parlamento inglês, que autorizava a livre associação dos operários, sendo estabelecida a partir daí uma união da classe trabalhadora em busca de melhores salários. As reivindicações trabalhistas tinham um único propósito, o econômico. Anos mais tarde, em 1830, seria concretizada a associação

² O nome inglês *Trade union* significa exatamente sindicato. A palavra inglesa *union*, que, vinda da língua latina aproxima-se da ideia de associação, de união. O termo francês *syndic* de origem grega, dará origem à palavra sindicato, que sugere mais a ideia de coordenação... Organização e luta. Basicamente, o sentido é o mesmo, nas duas línguas. Foi assim que a *union* de Manchester constituiu-se no primeiro sindicato estruturado do qual se tem falar. (GIANNOTTI, 2009, p. 32-33).

geral dos operários ingleses, a chamada “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho”. O seu objetivo era constituir uma central de todos os sindicatos.

Ao longo da história surgiram várias concepções sobre a evolução do sindicalismo, uma delas foi a *trade-unions*, que tinha como princípio a reivindicação econômica. Surgiram também outras correntes que buscavam seu espaço para representar os operários. Na elaboração sindical houve os anarquistas, os reformistas, os cristãos, os corporativistas e os comunistas. (ANTUNES, 1991, p.45). Cada uma seguindo suas teorias e suas concepções distintas.

Os anarquistas eram uma corrente do sindicalismo revolucionário, surgido nos países da Europa, como França e Itália, e suas teorias tinham como princípio a transformação radical da sociedade através de greves. Negavam também a luta política, pois acreditavam que dentro dos sindicatos poderiam conquistar a emancipação da sociedade. E queriam também estabelecer um sindicato anarquista.

A ideologia reformista era ligada em sua origem, ao contexto da *trade-unionismo* inglês. Seus seguidores contestavam a atuação revolucionária do proletariado, sendo desse modo a favor de uma pequena melhoria das condições dos trabalhadores. O sindicato cristão, por outro lado, era a favor de quebrar com as concepções reformistas, pois eles se inspiravam na Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, de 1891, que tinha como princípio central o capitalismo. A concepção cristã contava com o apoio de Leão XIII e permitia até que os trabalhadores formassem sindicatos, mas era contra o socialismo, além de defender o direito à propriedade privada.

O corporativismo começa a brotar no início do século XX, em pleno fascismo. Mussolini decretou a Carta Del Lavoro³ em 1927. Essa carta organizou e propôs que todos os sindicatos italianos seguissem os moldes do corporativismo, modelo que tinha como função estruturar as entidades sindicais como uma extensão dos Estados fascistas, desmotivando dessa forma o desenvolvimento de lideranças.

³ A carta del Lavoro, aprovada pelo Gran Consiglio fascista em 21 de Abril de 1930, consiste num documento constituído por trinta declarações que coordenam as leis sobre previdência e assistência dos trabalhadores. Embora a Carta, mesmo não tendo carácter de lei, ditou as normas e diretrizes para a regulação das relações jurídicas no campo da produção e do trabalho na Itália. (ROMITA, 2001)

Como cita Leandro Cioffi: “É evidente o interesse do Estado pelos sindicatos como instrumentos de manipulação do poder político e impossibilitando a geração de autênticas lideranças sindicais oriundas à consciência de classe.” (CIOFFI, 2008, p.46). Com a intenção de produzir uma política de paz social, para conciliar os interesses dos trabalhadores com os do capital, rejeitando qualquer conflito de classes, esse mecanismo prejudicaria muito os trabalhadores, pois representava a garantia do acúmulo do capital em grande escala, a exploração e a subserviência da classe operária. É o que cita Zélia Lopes da Silva.

O “reconhecimento” de direitos às massas trabalhadoras urbanas, assim como a sua organização em moldes corporativos, ocorreu por iniciativa de setores ligados ao aparelho de Estado, como parte de um esforço mais amplo de reorganização a ‘partir do alto’, de uma sociedade sacudida pela crise econômica e política. Nesse sentido a legislação trabalhista foi imposta contra a vontade manifesta da burguesia industrial que tudo fez para impedi-la no primeiro momento, e para transformá-la em letra morta depois de promulgada. (SILVA, 1987, p. 87)

As propostas do corporativismo tinham como meta afastar e ocupar os espaços, organizar as classes trabalhadoras sem a interferência e a participação dos trabalhadores, cabendo essas decisões ao aparato burocrático do Estado.

Os comunistas tinham como meta ideológica conquistar os sindicatos, pois estes representavam um importante mecanismo de luta, eram contra as teorias da trade-unionista e queriam ampliar sua luta com o objetivo de quebrar as correntes do sistema capitalista e produzir o seu fim. O seu objetivo principal era introduzir na consciência dos operários políticas para o levante e também condicioná-los a uma consciência revolucionária.

Essa teoria, que estava em efervescência na Europa, foi levada além de suas fronteiras, ultrapassando o Oceano Atlântico. O Brasil estava entrando em uma nova fase de sua história, a sociedade também aos poucos estava se transformando, e o modelo escravagista estava chegando ao seu fim. A mão de obra escrava era substituída por uma mão de obra estrangeira assalariada e mais consciente de seu papel na sociedade.

1.1.2 O início da classe operária no Brasil

Na Inglaterra as primeiras indústrias apareceram entre 1760/70, enquanto no Brasil essas só foram introduzidas cerca de cem anos depois, entre 1850 e 1870. Em 1900, segundo Giannotti (2009), existiam aproximadamente 800 mil trabalhadores urbanos no Brasil. Em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, havia 115 mil operários, dentre os quais artesãos de pequenas oficinas. Em São Paulo havia apenas 24 mil operários. Esses dados mostram que o Brasil ainda caminhava a passos lentos. A classe operária ainda era pequena, proporcionalmente à quantidade de fábricas. Apesar desse pequeno avanço, o Brasil ainda continuava sendo um país agrícola, sua economia era baseada na exportação dos seus produtos primários, como cana-de-açúcar, algodão, borracha, madeira etc.

No Brasil depois de 1900, não houve mudanças profundas em relação aos grandes latifundiários escravistas, pois esses ainda criavam empecilhos para o desenvolvimento mais rápido da industrialização. A introdução da lavoura de café serviria de base para alavancar a burguesia cafeeira e seus lucros, e os investimentos necessários para desenvolver as indústrias e a classe operária não eram suficientes. Os patrões não aceitavam ex-escravos em suas fábricas, optando por imigrantes europeus, considerados mais habilitados para esse tipo de trabalho.

As primeiras fábricas que surgiram no Brasil eram do setor têxtil. Entre 1844 e 1866 foram instalados no país nove fábricas de tecelagem de algodão. Em 1900, no entanto, o Brasil já registrava 48 fábricas, todas do ramo têxtil (GIANNOTTI, 2009). As primeiras indústrias do Brasil se localizaram no Rio de Janeiro, em seguida se instalaram em São Paulo, estado responsável pela entrada da grande massa de trabalhadores europeus, muitos deles vindos de regiões pobres da Europa. São Paulo concentrava muitos italianos, enquanto no Rio grande parte dos trabalhadores era formada por brasileiros, com apenas um terço da população composta por imigrantes espanhóis e portugueses.

Entre os anos de 1890 a 1900 chegaram ao Brasil cerca de um milhão de imigrantes, dos quais 90% eram italianos. As primeiras fábricas só aceitavam trabalhadores europeus por causa de sua qualificação e sua familiarização com as

máquinas. Para os ex-escravos só restavam os piores serviços, obrigados pelas circunstâncias a aceitar qualquer tipo de trabalho que pudesse saciar sua fome e de sua família.

A familiaridade dos imigrantes no trato com as máquinas se somava à experiência deles com a luta operária na Europa, visto que lá já existiam sindicatos, partidos operários socialistas, centrais sindicais e organizações internacionais. Em função disso, o conflito seria então uma questão de tempo, já que os patrões não aceitariam e reprimiriam os trabalhadores que se organizavam. Enquanto isso, os donos de fábricas seguiam as mesmas correntes do velho liberalismo:

Os patrões brasileiros seguiam a mesma visão do velho liberalismo. Não admitiam nenhuma organização de trabalhadores e nenhuma regulamentação em lei de direito conquistado. As únicas leis que existiam eram repressivas, e iam da simples prisão à expulsão dos imigrantes considerados indesejáveis. Mas os operários das fábricas brasileiras já tinham visto o exemplo de lutas, greves e conquistas nos seus países de origem e logo entraram em confronto com o Liberalismo defendido pela burguesia brasileira. Propunham uma nova visão política, defendida pelos seguidores do anarquismo e do socialismo. (GIANNOTTI, 2009, p. 57)

Para os movimentos anarquistas e socialistas, a organização de uma sociedade mais justa deveria começar pela luta de operários dentro das fábricas. Esse modelo serviu para que os trabalhadores brasileiros se organizassem também nas fábricas em sindicatos. As greves e outras formas de lutas surgiram no intuito de constituir uma sociedade mais justa livre e igualitária.

1.1.3 O início das organizações sindicais no Brasil

As classes operárias no Brasil começaram a se organizar no final do século XIX. O seu nascimento está entrelaçado ao desenvolvimento econômico do período, do qual o café era o motor propulsor da economia brasileira. A organização dos operários no Brasil inicia-se com as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que

tinham o objetivo de auxiliar os operários com materiais nos períodos mais difíceis. Depois, com o desenvolvimento das indústrias, vieram as Uniões Operárias, que contribuíram para organizar as categorias profissionais por ramo de atividades, iniciando-se dessa forma os sindicatos brasileiros. Em 1858, na cidade do Rio de Janeiro, deflagra-se a primeira greve, protagonizada pelos gráficos. “Os gráficos da capital pararam por uma semana e, no segundo dia de greve, imprimiram o seu próprio jornal: o jornal dos Typógrafos.” (GIANNOTTI, 2009, p. 59).

Houve várias greves, uma delas foi a dos jangadeiros no estado do Ceará. Eles entraram em greve por se recusarem a transportar escravos “[...] Sociedade Cearense Libertadora [...] suspenderam o desembarque de escravos em Fortaleza. Seguiram-se manifestação de apoio, inclusive de jangadeiros”. (ALONSO, 2007, p.170). Essa greve representou o fim da escravidão no estado do Ceará, sendo o primeiro Estado a abolir de vez a escravidão, sete anos antes da Lei Áurea.

O surgimento da classe operária alavancou e acirrou as lutas entre os patrões e trabalhadores, já que esses estavam agora em busca de mais direitos e benefícios. Agora, a luta não era mais contra os “coronéis” da grande propriedade, mas sim contra os “capitães” das grandes indústrias. É o que cita Giannotti:

A industrialização se acelera e toda uma infraestrutura é criada para sustentá-la. O velho país agroexportador dos “coronéis” de antes de 1930 cederá espaço a um país onde os “capitães da indústria” ditarão as normas. O Brasil do café, do açúcar, do cacau, do couro deixará espaço, em cinco décadas, para o Brasil da indústria [...] (GIANNOTTI, 2009, p. 19 – 20).

O Brasil passaria por grandes transformações na área industrial e social, mas essas mudanças eram para a implantação de um país mais moderno. Porém, essas mudanças também produziram transformações significativas para a nova classe operária. Com base nisso, os sindicatos passaram a estabelecer novos mecanismos de luta para garantir os direitos dos trabalhadores, levando a que o embate entre governo e operários fosse inevitável. No ano de 1907 acontece o primeiro Congresso Operário Brasileiro, onde é alicerçada a pedra fundamental para a criação da Confederação Operária Brasileira.

É importante ressaltar que no Brasil de 1903 já existia algo parecido com o modelo de sindicato, o sindicato rural, criado mais com intuito de defender os seus interesses e as suas propriedades. Isso fica explícito no Artigo 1º do Sindicato rural, que dizia: É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para estudos, custeios e defesa de suas terras. (GIANNOTTI, 2009, p.18). Foi este modelo de sindicato rural que serviu de base para organizar os sindicatos urbanos, como cita Carvalho:

Supreendentemente, o reconhecimento dos sindicatos rurais precedeu o dos sindicatos urbanos, tanto rurais quanto urbanos (1903 e 1907, respectivamente), o fato se explica pela presença de trabalhadores estrangeiros na cafeicultura. (CARVALHO, 2013, p.62)

Nesse contexto, duas correntes duelaram entre si na disputa das concepções do movimento operário brasileiro. De um lado, o *anarco-sindicalismo*. Essa corrente tinha como princípio central a exclusão e o distanciamento da luta político-partidária. A luta, nesse caso, ocorria dentro da fábrica pela ação direta. Eles eram contra a criação de partido para classe trabalhadora e viam o sindicato como um instrumento ideal para organizar a sociedade anarquista. Do outro lado, tinha o *socialismo reformista*, que queria transformar a sociedade capitalista gradualmente e para isso a organização partidária dos trabalhadores e suas lutas deveriam acontecer dentro do Parlamento. Mas a questão sindical também chamava a atenção da classe dominante.

Em 1912 foi realizado o Congresso Operário que tinha como presidente Mário Hermes, filho do então Presidente da República Hermes da Fonseca. O governo também procurava delimitar o seu espaço para controlar o movimento sindical brasileiro. Só isso, no entanto, não seria suficiente para segurar a classe operária. Anos mais tarde na cidade de São Paulo, sobretudo em 1917, foi deflagrada uma greve geral, iniciada dentro das fábricas de tecidos. Esse movimento espalhou-se para todo o setor têxtil e recebeu a adesão também de outras categorias. São Paulo era a região do país onde se concentrava um grande número de anarquistas, por causa da imigração estrangeira. Por isso o movimento operário foi mais intenso e agressivo, culminando com a greve de 1917. Para o historiador

José Murilo de Carvalho, essa greve também foi prejudicada pela competição que existia entre os próprios imigrantes.

Os imigrantes, mesmo os italianos, provinham de regiões diferentes e frequentemente competiam entre si. Muitos deles estavam também mais interessados em progredir rapidamente do que em envolver-se em movimentos grevistas. (CARVALHO, 2013, p.59)

Essas greves culminaram em leis mais severas que atingiram aos imigrantes. Na época, inclusive, houve a determinação de expulsão de estrangeiros ligados a grupos anarquistas. O Partido Comunista passou a tomar a dianteira das mobilizações e atuava na consolidação dos sindicatos. A divisão entre essas duas correntes já vinha de longa data, conforme citação de Giannotti:

Marx ficou responsável pelo Norte industrializado da Europa (Alemanha, Inglaterra, Bélgica etc). Bakunin, pelos países agrários e menos desenvolvidos do Sul: Itália, Espanha, Portugal e por sua terra Natal. [...] A maioria dos imigrantes que chegou ao Brasil veio exatamente desses países. Vários fugiram da miséria, outros das perseguições e prisões que acompanhavam a militância anarquista. (GIANNOTTI, 2009, p.81)

O processo de organização sindical no Brasil foi longo e desgastante, pois a causa operária era uma questão conturbada e os governos não queriam ceder nenhum centímetro, como isso ficou demonstrado pelo pronunciamento do então Presidente Washington Luiz, para quem *“a questão social é simples caso de polícia”*. Desgaste que não ficaria restrito somente ao poder dominante do Estado, já que nas organizações das classes operárias também havia atritos.

O Partido Comunista tinha suas táticas para assegurar os seus interesses e para expandir as suas teorias nas organizações sindicais. Nesse emaranhado, em busca de espaço ideológico, a classe operária era a que mais perdia, pois ficava no fogo cruzado dessa luta. “Sob a hegemonia de reformistas, anarco-sindicalistas ou comunistas, os trabalhadores não se emancipavam.” (FILHO, 1988, p. 150). Os comunistas usavam os trabalhadores como massa de manobra para introduzirem táticas em prol do programa do Partido comunista.

Orientados por seus partidos a praticar a depuração dos sindicatos, os militantes comunistas favoreceram muitas vezes a desagregação dos organismos de massa, ao entrarem em disputa pela direção dessas entidades com os anarco-sindicalistas, socialistas e sindicalistas “amarelos” (sindicatos dos patrões). Por sua vez, os anarco-sindicalistas também acusavam os comunistas de constituir Federações Sindicais Regionais, em prol de seus interesses específicos. “Com o objetivo de aproveitar-se das massas para conquistar representações na sociedade burguesa.” (SILVA, 1987, p.92- 93)

Durante a década 1930, já sob o governo de Getúlio Vargas, a questão sindical e trabalhista entraria em pauta, levando a que conquistas e perdas dos trabalhadores caminhassem lado a lado. Esse governo ficou marcado pela transição de uma economia agrária-exportadora para uma economia industrializante, “[...] na medida em que ao assumir o discurso dominante sobre 1930 admite-se em contrapartida a existência da ruptura em relação ao período anterior.” (SILVA, 1987, p.83)

Vargas criou políticas para conciliar as duas correntes, pois a insatisfação de algum lado poderia atrapalhar a implantação de interesses que envolvia o capital e o trabalho. Uma das suas primeiras medidas foi criação do Ministério do Trabalho, tendo à frente Lindolfo Collor. O objetivo do órgão era criar políticas sindicais para agradar a classe operária, de modo a limitar a sua luta contra o setor industrial. Em 1931 foi apresentada a lei de Sindicalização, que representava uma espécie de esboço do sindicalismo no Brasil, sem significar liberdade para a classe operária. Os sindicatos estavam vinculados ao governo, e os recursos adquiridos pelas entidades dos trabalhadores deveriam ser controlados também pelo Ministério do Trabalho. Na época, como os sindicatos eram uma extensão do Estado, as greves foram proibidas e os trabalhadores impedidos de utilizá-las.

O Estado vetava ainda o desenvolvimento de políticas ideológicas dentro dos sindicatos e filiações a sindicatos, confederações ou centrais internacionais. Também não foram permitidas a sindicalização de funcionários públicos e a atuação de operários estrangeiros no país. Essa situação foi um complicador a mais, pois os estrangeiros compunham a grande massa de trabalhadores do período. O único ponto positivo para classe operária era a lei que garantia o sindicato único.

Entretanto, a classe operária não se curvava ao Estado e as ondas de greves foram inevitáveis, culminando com conquistas para os trabalhadores, como lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação de trabalho da mulher e do menor e etc.

Em 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora. Essa organização foi montada como uma frente anti-imperialista comandada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – conhecido como “Partidão”, tendo como personagem mais importante Luiz Carlos Prestes, militar, líder político e revolucionário. O governo Vargas, vislumbrando um avanço popular dessa organização comunista, iniciou uma ação repressiva e no mesmo ano decretou a Lei de Segurança Nacional, proibindo o direito de greve e determinando o fim da Confederação Sindical Unitária. Isso dificultou as ações da militância comunista e instituiu a repressão e as perseguições ao movimento sindical, representando a quebra da espinha dorsal e o fim da liberdade e autonomia das entidades dos trabalhadores.

O sindicato agora tinha mais um cunho de colaboração com o Estado. Isso representou o aumento dos “amarelos”, como eram conhecidos os membros das associações que colaboravam com o governo. Essa parceria, contudo, foi de longa data. O endurecimento do governo ocorreu ao mesmo tempo em que os dirigentes sindicais foram cooptados, de modo a permitir que estes auxiliassem o Ministério do Trabalho. Com o controle maior dos sindicatos pelo Estado, os trabalhadores não desistiam e buscavam se organizar com o intuito de constituir organizações sindicais mais participativas. No ano de 1939 a lei de Comissão de Enquadramento Sindical e o Imposto Sindical serviram de instrumento para a consolidação de um sistema sindical vertical, alinhado e subordinado ao governo.

No período de 1945 a 1964, as lutas sindicais no Brasil passaram por momentos de altos e baixos. Em 1945 termina o Estado Novo e Getúlio é afastado, surgindo também neste mesmo ano o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), com estrutura intersindical e de caráter horizontal, o que veio a romper com a estrutura vertical. O foco, dessa vez, era a liberdade perante as interferências do Estado. Esse movimento nasce de um manifesto com assinatura de mais de 300 líderes sindicais, representando 13 Estados. Sob a influência dos comunistas nasce em 1946 a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CGT). No mesmo ano, o

Presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu a MUT de operar e suspendeu as eleições sindicais. No ano seguinte o PC entra na ilegalidade e os anos posteriores representaram mudanças significativas para a estrutura governamental.

Entre os anos de 1939 a 1945, o mundo presenciou a Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu mudanças no cenário político e social em nível planetário. Com o fim da guerra, correntes ideológicas também chegam ao fim, o fascismo e o nazismo caem e com elas as práticas autoritárias. No caso do Brasil não seria diferente, já que em 1945 o governo do Estado Novo chega ao fim, e o ditador é afastado. O país entra em outra face de sua história e a nova Constituinte é celebrada. “Os sindicatos reaparecem à luz do sol e o mundo prepara, para 1948, a Convenção 87 da OIT sobre liberdade sindical” (GIANNOTTI, 1987, p.27).

A queda do Estado Novo em 1945 e a criação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceriam a mudança para o desenvolvimento sindical no país, representando o início da liberdade sindical e a derrubada do sindicalismo corporativista de Estado. A Assembleia Constituinte deveria ser o instrumento de garantias dessa liberdade, mas infelizmente as garantias e as defesas da liberdade sindical foram esquecidas e a estrutura que estava implantada por Vargas se concretizou, e contraditoriamente teve a incumbência de produzir correntes contrárias à liberdade sindical. E coube ao PCB estabelecer um papel de altos e baixos na luta pelo sindicalismo livre, estando entre os seus princípios políticos a garantia da estrutura sindical do período Vargas.

O Movimento Unificado dos Trabalhadores, que foi fundado em 1945, tinha como objetivo central a liberdade sindical. A sua estrutura era baseada em quatro princípios fundamentais: a soberania das assembleias sindicais, as eleições e posses dos eleitos sem a interferência do Ministério do Trabalho, a liberdade administrativa sobre os fundos dos sindicatos e o fim da padronização dos estatutos dos sindicatos.

Essa estrutura montada não obteve o resultado esperado. Isto ocorreu porque, de fato, não houve uma ruptura expressiva, mas apenas fissuras que não produziram efeitos significativos. O MUT não adentrou e tampouco aprofundou a questão sindical herdada pelo Estado Novo, pois suas propostas não atacavam questões como a suspensão do imposto sindical e não rompiam com a ligação de

dependência com o Estado, exigindo apenas liberalização, fim dos princípios ideológicos e fim das intervenções, além do direito de greve. Houve apenas, na verdade, um ajuste da lei sem perspectivas inovadoras. Francisco Weffort, estudioso das origens do populismo, revela que o discurso do PC era “por uma independência cada vez maior do movimento sindical brasileiro, independência que não significa ruptura com o Ministério do Trabalho, mas liberdade efetiva para nossas organizações” (WEFFORT apud GIANNOTTI, 2009 p. 30). Esse modelo fazia parte da política do PC e membros de todo mundo eram orientados a defender a União Nacional, atuando como canal auxiliar ao governo. Isto significava, no Brasil, a não criticar Vargas, o Estado Novo e as instituições governamentais.

A partir de 1947 o mundo dividiu-se em duas partes: de um lado, um bloco socialista e, do outro, o capitalista. O PCB entra na ilegalidade, apesar de participar e de colaborar com as políticas da burguesia. Isso leva os membros da organização a mudar suas táticas, passando o campo de batalha a outro patamar. O palco do confronto passa a ser fora da estrutura sindical legalizada, e são criados os sindicatos livres ou vermelhos, que questionavam a unicidade sindical. Outras correntes sindicais viam a postura do PCB como contraditória, já que antes não questionavam essa estrutura.

A partir de década de 1950, já na reta final do governo Vargas, o movimento sindical aumenta e atinge um novo patamar, produzindo avanços significativos na organização da classe operária. Em 1953 o nível de agravamento das lutas sindicais, com greves de grande porte, agita o Brasil. Nesse caso, a postura dos comunistas passa a ser direcionada ao trabalho dentro dos sindicatos oficiais.

Nessa época, esses movimentos autônomos desenvolveram mecanismos de organização da vida sindical que possibilitavam um alcance maior das mobilizações, surgindo com base nisso os grandes acordos sindicais como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e Pacto Unidade e Ação (PUA). Depois, sob a condução do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e apesar desses grandes pactos, a luta por um sindicalismo livre independente e autônomo entra em uma nova etapa de estagnação.

No golpe militar ocorrido em 1964 militares usaram quase toda a estrutura das leis getulistas para implantar seu sistema sindical. Nesse contexto seria inevitável o arrocho salarial e uma classe operária menos combativa. Além do mais, as greves e agitações não deveriam repetir-se, cabendo aos militares buscar outros meios para desmobilizar a classe operária.

Militares e tecnocratas adotariam medidas sociais visando a domesticação da classe operária, e tentaram redirecionar a atividade sindical. O objetivo era passar do “sindicalismo baderneiro” de antes para um novo “sindicalismo construtivo”. (GIANNOTTI, 2009, p. 32)

Com o intuito de buscar respaldo perante a sociedade, os militares aprovaram leis populistas a pretexto de agradar a grande parte da população. Foram adotadas medidas como a Lei de Greve, a estatização dos reajustes salariais, a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Os programas criados visavam facilitar a rotatividade de mão de obra.

Porém isso mostrou-se insuficiente e a classe operária demonstrou sua insatisfação com manifestações o que gerou uma onda de cassações e de prisões de vários líderes sindicais. No lugar de sindicatos combativos, a prioridade era entidades liderada por “pelegos⁴” e por servidores do Estado. Leis foram criadas para dificultar lutas políticas contra o sistema. Exemplo disso são os decretos de lei números 229/67 e 325/69, que acorrentavam as mãos dos trabalhadores ao governo totalitário.

Frente a todo esse aparato, a classe operária não se deu por vencida. A resistência dos trabalhadores ocorreu através de comitês clandestinos e de grupos de fábricas de esquerdas ilegais, essa mobilização ficou evidente em 1970, quando

⁴ Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho contra a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados "de fachada" ou "de carimbo", entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto ao Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra.
Fonte: FVG CPDOC

a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo produziu um documento, com orientações aos trabalhadores. No texto, a luta é estimulada da seguinte maneira:

Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo.

Hoje, está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de luta de classe.

Esse sindicalismo está nascendo lentamente, das várias décadas de experiência da classe operária brasileira e do movimento sindical.

A lição fundamental é a seguinte: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato. (GIANNOTTI, 2009, p. 34)

As orientações e as experiências vividas vão sendo retiradas do ostracismo, inundando as vidas e as consciências dos líderes sindicais e chegando aos comandos de greves. Isso tudo estava entrelaçado às articulações intersindicais, servindo de instrumento de luta para o conjunto da classe trabalhadora.

2 A ESTRUTURAÇÃO DA FENAE DENTRO DO CONTEXTO HISTÓRICO

Os anos de 1970 foram conturbados para a nossa história, ao mesmo tempo em que o período foi marcado pelo início da revolução tecnológica, o que levou à diminuição das distâncias entre os países do mundo inteiro. Nessa época, a televisão começava a tornar-se popular.

Segundo Valim e Costa (1998), o Censo Demográfico de 1970 registrava que 27% das residências brasileiras tinham televisores. Desse total, 75% encontravam-se entre os estados do Rio e São Paulo. O certo é que a televisão representou uma revolução nos meios de comunicação, passando a ocupar o espaço que o rádio tinha em anos anteriores.

Ainda nesse período, a concretização do Estado democrático de direito foi antecedida por conflitos sociais e políticos por toda a América Latina. A reação das burguesias locais e internacionais tinha um claro objetivo: combater a ascensão dos movimentos populares. Vários países do continente americano foram palcos de uma sucessão de golpes para a instalação de ditaduras militares, com o apoio dos EUA. Isto ocorreu não só no Brasil (1964), mas também no Chile (1973), Argentina (1976), Uruguai (1976) etc.

No caso do Brasil, especificamente, o período de maior rigor foi o do general Emílio Garrastazu Médici, entre 1968 e 1974, notabilizado pelo chamado “milagre econômico” e pelo jargão “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O governo de Médici, aliás, teve o apoio da classe média e de alguns meios televisivos. O papel da mídia foi o de divulgar as “glórias” do regime militar, fazendo uso para isso de um clima de ufanismo nacional embalado, naquela ocasião, pela conquista da Copa do Mundo de 1970 pela Seleção Brasileira de Futebol.

Foi neste período conturbado de nossa história que nasceu a Federação Nacional das Associações Economiárias (Fenae), hoje denominada Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa. A fundação acontece em 29 de maio de 1971, na cidade de Curitiba, em pleno milagre econômico brasileiro. No campo político, porém, o país vivia o clímax da intolerância com censura à imprensa e atos violentos contra a oposição. É o que cita Carvalho:

O governo Médici exibiu esse aspecto contraditório: ao mesmo tempo que reprimia ferozmente a oposição, apresentava-se como fase de euforia econômica perante o resto da população [...] O sentido do “milagre” econômico foi posteriormente desmistificado por análises de especialista que mostraram seus pontos negativos. Houve, sem dúvida, um crescimento rápido, mas ele beneficiou de maneira muito desigual os vários setores da população. (CARVALHO, 2013, p.168)

O general Médici comandava uma política determinada a exterminar os grupos de esquerda, criando núcleos regionais de repressão vinculados ao Exército e abrigados sob a sigla DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna). Entra em operação ainda a Oban (Operação Bandeirantes), organização paramilitar financiada por empresários e

composta por integrantes das Forças Armadas, Polícia Federal e polícias estaduais. Seus principais objetivos eram a prisão, tortura e assassinato dos ativistas de esquerda.

O “*milagre brasileiro*”, no qual o governo se apoiava, deu-se mais pela conjuntura internacional favorável, o que possibilitou uma expansão inédita da economia, proporcionando alguma melhora na vida do brasileiro de classe média. Esse “milagre” ficava expresso no crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários e em relação à indústria, emprego e crescimento do mercado interno.

O governo Médici foi marcado por grandes obras como a construção da rodovia Transamazônica e a inauguração da refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo (a maior do país), iniciando ainda a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Outras obras foram a usina hidrelétrica de Ilha Solteira e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói. Essas conquistas estavam refletidas apenas no fomento à infraestrutura, pois a luta por direitos sociais e humanos era reprimida com mãos de ferro sob o pretexto de proibir o avanço do comunismo. As perseguições, os abusos e as torturas marcaram o governo Médici. Em relação ao milagre econômico, existem teses acadêmicas que o contestam, sobretudo por isto ter produzido mais desigualdades do que benefícios para a sociedade. Segundo Hoffmann, o milagre econômico não estava refletido na diminuição da desigualdade social.

Em 1968, Celso Furtado já considerava que a concentração da renda era o maior obstáculo ao desenvolvimento do país. Logo após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970, dois estudos mostraram um grande crescimento da desigualdade e da distribuição de renda no Brasil entre 1960 e 1970: [...] Esse aumento de desigualdade transformou-se em elemento importante na crítica da política econômico-social dos governos militares. (HOFFMANN 2001, apud FURTADO 1968)

É importante ressaltar que qualquer dado sobre o desenvolvimento social deve ser observado com muita cautela, principalmente quando existem governos autoritários imbuídos em distorcer a realidade. O governo tinha nas mãos os recursos financeiros e econômicos necessários para maquiagem e manipular informações sobre o verdadeiro crescimento econômico e social. No livro “Um

projeto para o Brasil” (1968), o economista Celso Furtado afirma que a desigualdade da distribuição da renda no país está relacionada à demanda global que inibe o crescimento econômico.

No âmbito do movimento associativo dos empregados da Caixa, e apesar do período nebuloso vivido pelo Brasil, a Fenae busca ampliar os horizontes da vida profissional e social dos trabalhadores do banco. E os maiores responsáveis por essa concretização foram os seus associados, sob o comando de Arthur Ferreira de Souza Filho (primeiro presidente da entidade), durante o período de 1971 a 1981. Um sonho antigo foi realizado com a unificação das caixas econômicas e isso contribuiria para o desenvolvimento econômico e humano do país. É o que diz o presidente da Comissão Executiva do Encontro Nacional de Associações Economiárias, em entrevista divulgada no Jornal do Brasil em 28 de novembro de 1968 e anexada na Edição número 1 de 1973 da Fenae Notícias:

A unificação das Caixas Econômicas Federais permitirá que elas participem de modo mais ativo no desenvolvimento do país. [...] “representará a unificação de custos operacionais e administrativos, pois deixa de haver a necessidade de serem mantidos, onerosamente, Conselhos Administrativos em Caixa, que poderão ter apenas superintendentes ou gerentes, escolhidos dentre seus próprios servidores.” (FILHO, 1968, p. 11)

A história de luta de Arthur Ferreira se entrelaça com a da Caixa, ele é oriundo da Apcef/RJ e ingressou na entidade em 30 de maio de 1935, ocupando diversos cargos. Nos dez anos que ficou à frente da Fenae como presidente, eleito por eleição indireta, Arthur Ferreira foi responsável por manter as lideranças unidas na criação da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), conquistando, entre outros benefícios, a reclassificação de cargos por tempo de serviço, o plano de cargos e salários da CEF, a aposentadoria da mulher aos 30 anos com vantagens, o concurso interno para ocupantes da carreira de auxiliar da caixa e a criação da Fenae Corretora de Seguros.

A Fenae também teve papel importante na redemocratização do país. A democracia, aliás, está no DNA da entidade. Tanto que a conquista da democratização da gestão na Funcef também é resultado da luta que o movimento

nacional dos empregados da Caixa travou no decorrer dos últimos anos. A Funcef é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina, sendo entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje, o patrimônio ativo total da Funcef é superior a R\$ 52 bilhões, possuindo aproximadamente 132 mil participantes. Essas conquistas foram decorrentes da unificação das caixas econômicas estaduais, uma vitória econômica e social dos empregados da Caixa.

A Fenae se faz presente em todo momento em que o trabalhador se mobiliza em torno da defesa da Caixa Econômica Federal como banco público. Em 1971, quando foi fundada, a Fenae assumiu a causa da jornada de seis horas, sem redução de salários. Participou também da luta por reclassificação nas tabelas salariais e nos planos de cargos e carreiras, conquista obtida com sucesso em 1974.

Nos anos 80 a Fenae continuou atuando nas mobilizações pela jornada de seis horas, pelo direito à sindicalização, pela isonomia para os admitidos após dezembro de 1983 (benefícios e vantagens), pelas reivindicações dos auxiliares de escritórios/escriturários básicos e pela equiparação salarial com outros bancos federais.

Na primeira metade dos anos 90, a Fenae liderou mobilizações que resultaram em conquistas relevantes, como a reposição das perdas inflacionárias e contra o desmonte e a privatização da Caixa.

Sem dúvida, esse processo foi coroado pela Constituição Federal de 1988, focada em princípios herdados do Estado democrático de direito. Na elaboração dessa nova Constituição, a participação da classe trabalhadora foi decisiva para a conquista de benefícios como a licença-maternidade para 120 dias, a licença paternidade de 5 dias, a redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 44 horas, o direito à greve, a liberdade sindical, o abono de férias de um terço do salário e o 13º salário para os aposentados. O relator da Assembleia Nacional Constituinte, o então deputado federal Bernardo Cabral, eleito pelo Amazonas, considera a Carta Magna um “diploma exemplar, à altura de qualquer outra constituição do mundo”. E diz mais:

A nossa Constituição tem o melhor capítulo de direitos e garantias fundamentais [do mundo] porque o seu fio condutor filosófico foi o homem, o ser humano. A Constituição de 1988 abre o seu pórtico logo com o ser humano. As constituições brasileiras anteriores, todas, cuidavam primeiro do Estado para cuidar depois do homem. Por isso, ela foi considerada Constituição Cidadã, acertadamente, por Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. (LOURENÇO; RICHARD, 2013)

Essa Carta Magna representou o marco da transição do regime militar para a democracia, com fortalecimento do Estado e com defesa das riquezas minerais e dos recursos hídricos. Outra conquista importante foi a reestruturação dos poderes da República e do Ministério Público, sendo este último um órgão independente, autônomo e detentor da prerrogativa da ação civil pública, o que representa uma vitória da sociedade.

Na esteira desse processo, a retomada pela sociedade do direto ao voto foi fundamental para o pleno exercício da democracia. Sem isso, o povo continuaria excluído da participação do Estado. O resgate dessa participação popular conta com o respaldo do Artigo 14 da Constituição, que diz que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”.

No dia 15 de março de 1990, após derrotar o candidato Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas após o fim da ditadura, o ex-governador alagoano Fernando Collor de Mello tornou-se o mais jovem presidente brasileiro. Seu governo, contudo, perdeu gradualmente a sustentação política e foi marcado por escândalos de corrupção, além de medidas administrativas impopulares.

No começo de 1992, o governo Collor enfrentou novas crises e denúncias, que culminaram com o impedimento do presidente. O processo de impeachment, aprovado pela Câmara Federal, afastou da Presidência da República Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro. No dia 30 de março, o ministério de Collor renunciou coletivamente devido às acusações de corrupção contra o governo. O seu vice Itamar Franco assumiu o cargo de presidente. Nesta nova fase da história do Brasil, a Fenae era presidida por Sérgio Nunes da Silva que teve dois mandatos no primeiro por eleição indireta e a sua segunda reeleição em março de

1990 foi a primeira eleição direta na Federação. Este ingressou na Caixa em 1985 o seu mandato foi de 1986 a 1993, sendo sua militância no movimento dos empregados da Caixa iniciada na Apcef/RS. Ele aderiu ao PADV (*Programa de Demissão Voluntária*) em 2000.

Algumas das suas principais reivindicações foram a estabilidade no emprego, a reposição salarial e da defesa da Caixa como banco público. Sua gestão ficou marcada na história da Fenae, pois representou a primeira eleição direta na Federação. No período, houve a reintegração de empregados da Caixa demitidos, três jogos da Fenae, três edições do Festival Nacional de Teatro dos empregados Caixa (Fenarte) e quatro edições do Festival da Canção (Fenae). Esses eventos foram de extrema importância para promover a integração e o desenvolvimento dos talentos do pessoal da Caixa.

Fernando Henrique Cardoso foi o Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco e o responsável por implantar o Plano Real, que estabilizaria a economia naquele período. Muito por conta disso, conseguiu nas eleições de 1994 eleger-se presidente do Brasil, derrotando também o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Henrique tomou posse em 1º de janeiro de 1995, sucedendo ao presidente Itamar Franco. Com o sucesso da política de estabilização da moeda, a principal preocupação era controlar a inflação. Para isso, o governo elevou as taxas de juros da economia.

O governo FHC foi marcado pela efetiva implantação da política neoliberal, com muitas privatizações de empresas estatais. Isso foi objeto de muitas críticas de vários setores da sociedade, principalmente de partidos de oposição, como o PT (Partido dos Trabalhadores). Entretanto, seu segundo mandato começou em meio a crises, já o país estava mergulhado em uma recessão econômica. Para controlar a inflação, as medidas desestimularam o consumo interno e, conseqüentemente, elevaram o desemprego. Para piorar, uma crise internacional atingiu o Brasil no início de 1999. Os investidores, receosos, tiraram bilhões de dólares do Brasil. Não houve como manter a paridade dólar/real. O governo foi obrigado a desvalorizar a moeda e também recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Com os empréstimos do FMI em mãos, o governo brasileiro teve de

adotar um rígido controle sobre os gastos públicos, diminuir investimentos públicos e elevar ainda mais as taxas de juros.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva consegue a cadeira de Presidente da República do Brasil, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, José Serra.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi metalúrgico, sindicalista de origem pobre nascido em Caetés-Pernambuco, em 27 de outubro de 1945, teve papel importante na fundação e concretização do PT (Partido dos Trabalhadores) no qual até hoje é presidente honorário.

A eleição de Lula foi reconhecida por grande parte da elite nacional e internacional. Tanto que o historiador inglês Eric Hobsbawn disse: *"Trata-se de um dos poucos eventos do começo do século 21 que nos dá esperança para o resto deste século"*. Sobre a eleição de Lula, o sociólogo Anthony Giddens falou do otimismo de que o presidente transformasse não apenas o Brasil, mas "o mundo".

Foi dentro desse contexto histórico que José Carlos Alonso eleito em 2003 toma posse na presidência da Fenaec, para mandato entre o período de 2003 e 2008. Oriundo da Apcef/SP, ele ingressou na Caixa em 1981, foi presidente da Apcef/SP, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e diretor da Fenaec, além de diretor representante dos empregados na Caixa (Direp/CEF), representante dos associados no Comitê de Investimentos e na Diretoria Executiva da Funcef.

Em seu mandato, Alonso foi responsável por diversos projetos em benefícios dos empregados da Caixa. Desenvolveu o grupo empresarial PAR, gerando recursos para a Federação, e criou o Banco de Imagens, o Centro de Documentação (Cedoc) e a Galeria do Pessoal da Caixa, demonstrando preocupação com o registro da história do movimento. Em 2005, criou o Movimento Solidário e Eu Faço Cultura, projeto pelo qual o empregado da Caixa incentiva atividades culturais, com benefícios da Lei Rounet.

2.1 As principais conquistas da Fenae

Na década de 70, apesar de ainda a sociedade e as instituições estarem mergulhadas no mar de incertezas, devido à ditadura militar, o surgimento da Fenae mudou positivamente o cenário da organização dos empregados da Caixa, que na época não eram considerados bancários. O segmento estava impedido por lei a fazer parte de qualquer entidade de caráter sindical, restando-lhe apenas o vínculo com as associações (as chamadas Apcefs), que cumpriam programas de assistências e recreação ao servidor e seus familiares. Com a criação da Fenae, em 1971, as reivindicações de abrangência nacional começam a fazer parte do cotidiano do pessoal da Caixa. Foi nesse período dos anos 70 que a FENAE inicia a sua consolidação, apesar de todo o cenário político e social desfavorável da época. Esse ato ficou registrado como aparece na (figura 1), a concretização do seu Estatuto.

Com a unificação da Caixa em 1969, a luta dos trabalhadores do banco ganha relevância. O canal adotado foi o do diálogo com o governo, ficando o radicalismo e a ruptura com as autoridades constituídas para o período da década de 80. Concluída a etapa da unificação, a Caixa Econômica Federal passaria a firmar-se no cenário nacional como o banco público mais importante do país. A Fenae confirma também a sua consolidação em 1972 se tornando visível em âmbito nacional como se observa na (figura 2). Isso, sem dúvida, ampliou o papel e os propósitos da Instituição.

Figura 1: Apresentação do Estatuto da Fenaie em 1971



Em fevereiro de 1973, o jornal o Globo trazia em destaque a informação de que a Caixa Econômica havia se tornado o terceiro banco do país, concretizando-se o previsto”. O texto retirado do Fenaie Notícias cita também:

Decreto que o Presidente da República baixou ontem amplia as operações da Caixa Econômica Federal no mercado financeiro, dando-lhe as atribuições de comprar e vender ações diretamente ao público e de emitir títulos de renda fixa – certificados e recibos de depósitos – a, exemplo do que acontece com os bancos comerciais de investimentos. (FENAE NOTÍCIAS, 1973, p. 13)

Figura 2: Consolidação da Fenae no âmbito nacional



Esse decreto presidencial possibilitou que a Caixa entrasse em um novo patamar de sua história, beneficiando por tabela as instituições que atuavam nesse ambiente, como no caso da Fenae. No entanto, os entraves ainda eram grandes, conforme notícia veiculada no boletim Fenae Notícias: “No calor da mobilização dos auxiliares de escritórios, os empregados de todo o país foram à luta pela jornada de seis horas e pelo direito à sindicalização.” (FENAE NOTÍCIA, 2011, p. 19).

Observa-se que não existia a prática do diálogo dentro da Caixa. Tanto que a edição de janeiro de 1973 do jornal Fenae Notícias nota-se esta insatisfação. Eis o registro:

Infelizmente, nunca se deu ênfase na Caixa Econômica, nem no anterior regime das Caixa autônomas, nem na atual CEF, a uma sadia prática de comunicação entre dirigente e dirigidos. Daí o quadro que sempre se deparou em nossa Instituição: uma comunidade inquieta, minada pelas mais atrozes dificuldades, nascidas de distorções que datam de muitos anos, constituindo-se, assim, em excelente caldo de cultura, para os mais diversos, contraditórios e até inverossímeis boatos, com o conteúdo de doces ilusões, que afinal se tornam amargos pela sua irreabilidade e irrealização [...] Vamos entrar, na Caixa Econômica Federal, numa era de verdadeira comunicação? (FENAE NOTÍCIAS).

As mensagens enviadas pela Fenaef para a CEF reivindicavam reclassificação, promoções, auxílio-alimentação, revisão de perda de função por licença e pedido de aumento de período de 60 dias, nos casos de cargo de confiança para evitar perda da função em situação de doença graves. Mas os resultados esperados não foram satisfatórios, conforme observado na charge de 1973 apresentado na (figura 3). Havia uma crítica à situação dos empregados, mas de forma velada, para não provocar conflitos.

A charge retratava as condições em que as estruturas das agências se encontravam, e havia também uma crítica também ao quadro de pessoal e à falta de reaparelhamento das agências, vista essa como uma tarefa inadiável. Isso pelo menos é o que diz a matéria do Fenaef Notícias:

Não há como dar atendimento satisfatório aos clientes aglomerados em massa num local inadequado, restrito a uma área exígua, com balcões diminutos guichês insuficientes e, ainda, com lotação deficiente. Tudo isso somado à complexidade dos serviços. (FENAE NOTÍCIAS, 1973. p.3).

Figura 3: Reaparelhamento das agências tarefa inadiável



As reivindicações dos trabalhadores eram várias e não ficavam restritas às estruturas das agências, estendendo-se também a um atendimento adequado aos clientes. A Fenaef também queria um canal de comunicação mais amplo para debater as reivindicações dos empregados da Caixa. Confira como, na época, essa cobrança era feita:

Informação do maior interesse para os caixa-executivos da CEF foi prestada a FENAE NOTÍCIAS, na divisão Administrativa de Depósitos da filial GB. Está em fase experimental em algumas agências do Rio um novo esquema visando humanizar as condições de trabalho desses servidores, que talvez passem progressivamente a desempenhar as suas funções sentados. Para isso torna-se imprescindível a mudança do atual tipo de fichário; testa-se o sistema TELLER nas agências Barata Ribeiro e Catete e implantando também, experimentalmente. (FENAE NOTÍCIAS 1973, p.16)

A visita que a diretoria da Fenae fez ao então general-presidente Médici em 1973 e parece na (figura 4) foi assim registrada:

Na oportunidade, o Presidente da FENAE, ao fazer a saudação ao Sr. Presidente da República, enfocou assuntos de interesses dos economiários, bem como fez a entrega de mensagem de agradecimento especial ao primeiro mandatário do País pelos atos emanados do seu Governo destinados a colocar a CEF como o segundo banco do País, situação que contribuiu para valorizar o trabalho dos servidores, o engrandecimento da empresa pública e, em último análise, o desenvolvimento do Brasil. (FENAE NOTÍCIAS, 1973. p. 6)

Porém, o que aparece no texto citado não condizia com a realidade de muitos trabalhadores, inclusive com os da CEF. Dois anos depois da unificação da CEF, muitos direitos da classe economiária ainda eram desrespeitados, sendo que alguns benefícios só vieram entre a transição 70 e 80. O tom, portanto, era de cordialidade.

Durante a audiência concedida para a Fenae, o Presidente Médici agradeceu a visita e demonstrou estar bastante informado sobre a posição da CEF no mercado financeiro, dizendo-se satisfeito com o êxito alcançado pela empresa pública no cumprimento das medidas adotadas pelo seu governo. E disse também que teria atenção e manteria um cordial diálogo com as aspirações da classe. Apesar de toda essa cordialidade, a classe economiária ainda não possuía muitos benefícios e direitos. A (figura 5) demonstra como os economiários reivindicavam a reclassificação, luta que tinha como objetivo corrigir injustiças e distorções herdadas dos diversos quadros de pessoal das extintas Caixas estaduais autônomas.

Figura 4: Audiência com o presidente Médici e o presidente da Fenae

Órgão da
Federação
Nacional das
Associações
Econômicas
(FENAE)

FENAE NOTÍCIAS

Ano I - N.º 4
Set./Dez. 1973
EDIÇÃO
NACIONAL

FENAE Mais Uma Vez Com o Presidente Médici



ASPECTO DA AUDIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DA DIRETORIA
EXECUTIVA NACIONAL DA FENAE COM O SR. PRESIDENTE DA

REPÚBLICA, GENERAL SÉLIO GARIBASTI MÊDICI, EM
BRASÍLIA (PÁGINA 6)

**APOSENTADORIA DA
MULHER AOS 30 ANOS
DE SERVIÇO
COM VANTAGENS**

Uma (ou duas) é a situação ideal para a FENAE ao Sr. Presidente da República, permitindo a medida (p. 4)

A FENAE NÃO PEDE POR PEDIR

EM MÊS DE AÇÃO DE GRACIAS, para lembrar, mas, desde muito mais do que devesse, estudos de natureza social, econômica, em determinado parâmetro de seu ser não.

"NÃO sabemos para quê?" —

E AGENTEMOS que não um, e uma coisa, não sempre alguma coisa para pedir ao Senhor, mas os verdadeiros países de alguns mundos. De uma qualidade, de um bem, de uma graça.

UMA DAS FINALIDADES desta Federação também é pedir, pedir, pedir. Não se pede, por pedir, mas a reivindicação atende de uma situação jurídica, de uma situação jurídica, de uma situação jurídica que propõe a transição de classe e sem isso, condições mais favoráveis de produção para a sociedade.

O QUE SE PEDE, no ato que não está por fazer, se faz em nome da reivindicação de servir da CEF, com todos os seus empreendimentos de empresa pública.

NÃO, realmente, a simples pedir, por pedir. Autônoma, a CEF precisa, portanto, não a ação econômica, com a atuação dos seus dirigentes, mas a a sociedade — para a sociedade — com a atuação e o interesse dos servidores.

ENTÃO, não a pessoal da CEF, por nome de quem não, no momento de estudos nos diversos setores, sem que se reconheça esta situação.

A PROVIDÊNCIA ORÇÁRIA não é, mas reconhecida por um conceito legal, a que não pode ser não pedir, não aceitar, sem a reivindicação econômica. Portanto, a RECLAMAÇÃO é mais prioritária de classe, já que as prioridades, apesar de oportunamente reconhecidas, não podem superar as distorções sociais no decorrer de longo período de tempo.

ESSE FOI UM dos nossos pontos políticos de 1973.

MUITAS OUTRAS situações das economistas foram as ações de reivindicação do Governo (descontando os contrários) com o presidente Médici, com o ministro Leão de Alencar e com o ministro João Rangel, a partir de cada fase, e após o período da mulher aos trinta anos, com vantagens, e no estabelecimento de percentual de 1% do salário Federal para a SARE, etc., em virtude da CEF (primeira proposta) de usar o Fundo Anual de Contas Correntes (Fundo) e as reivindicações de outros setores (Fundo) — reduziu o número de anos (uma semana) a Previdência, de e direitos da SARE (a exemplo de reivindicação de pagamento de subsídios, de pagamento de estudos de fiscal no mês de dezembro, de distribuição de produtos dos alimentos e parâmetros que foram os mesmos (Fundo) transferidos de RPE para a SARE, etc.).

ENTÃO, TRÊS PESSOAS MUITO, não se repetem — a pedir por pedir. Infelizmente, não tem sido a reivindicação econômica, em alguns casos, para as mesmas situações.

NÃO UM ANO não pedir a reivindicação a pedir, em favor de classe, aquelas medidas que julgamos justas.

A NOSSA META principal é a reivindicação de servir.

NÃO PRETENDIMOS, para os servidores da CEF, fazer, sem potencialidade, mas a compreensão de sua papel na produção e na produção de empresa pública.

E NÃO SABEMOS como pedir. Também sabemos, portanto, sabemos também que não sabemos de justiça, apesar de saber de classe e que temos a forma de parâmetros.

Arthur Ferreira de Sáez Filho

**PARLAMENTO DO
SALÁRIO-FAMÍLIA**

Vê-se o que a FENAE tem feito para reconhecer o pagamento do salário-família (p. 7)

**DEPUTADO FEDERAL
ECONOMISTA DEFENDE
A CLASSE (p. 10)**

**FENAE FAZ APOIO À CEF
TRATAMENTO IGUAL PARA
APOSENTADOS (p. 8)**

O estabelecimento puro e simples de promoções, sem maior recuo no tempo para sanar situações anômalas àquele quadro, não oferecia benefícios suficientes para os economistas, sem ascensão profissional há longos anos. Apenas com medidas complementares, a serem adotadas pela Diretoria da CEF, a

classe poderia integrar-se de maneira idêntica aos parâmetros observados em outras instituições financeiras oficiais.

Figura 5: Reclassificação dos servidores da Caixa 1973



A charge observada na (figura 6) demonstra como a questão da reclassificação ainda trazia apreensão e insegurança para os economiários em 1973. A unificação da Caixa também trouxe questões para a classe, pois a reclassificação era uma um ato de justiça e sua demora poderia causar distorções e prejuízos para o economiário.

Em 1973 a Fenae reivindicou junto ao presidente do banco a reclassificação, que era uma questão primordial para classe. Outras das questões reivindicadas eram a jornada de seis horas, a aposentadoria da mulher aos 30 anos com vantagens e o estabelecimento do percentual de 3% da Loteria Federal para o Serviço de Assistência e Social dos Economiários (Sasse). Essa demanda preocupava os trabalhadores.

Figura 6: A grande esperança economiária



A aprovação desse benefício seria a solução para a correção salarial justa dos economiários. Sem essa aprovação haveria a ruína do poder aquisitivo do economiário além da suspensão de suas promoções por quase 15 anos. É o que cita Matos em matéria veiculada no Fenae Notícias de 1972. “A consequência lógica e desastrosa disso são os escriturários se aposentando no meio da carreira. Uma geração sacrificada. Salvo evidentemente os que conseguem chefias ou cargos técnicos”. (MATOS, 1973, p.2)

Esse benefício foi oficializado em 1973, essa conquista dava esperança à classe economiária. Como se observa na (figura 7), que demonstra como a reclassificação traria mais poder aquisitivo para o economiário.

Figura 7: Reclassificação a magna propositura



De verdade mesmo, a reclassificação só veio em outubro de 1974 na gestão do Presidente da CEF, Karlos Rischbieter. Esse decreto beneficiava um total de 9.587 servidores. Na (figura 8), o Presidente da CEF assina a portaria tão esperada.

Com a reclassificação, os funcionários da CEF puderam reparar uma injustiça de mais de três anos pois, essa questão quase não entrada nos debates em muitos setores do serviço público federal.

Esse ato foi de grande relevância para classe e demonstrava o importante papel que a Federação teve com apenas três anos e meio de existência. Com essa conquista, a Fenae se faz presente em todas as reivindicações dos servidores da CEF.

Figura 8: Aprovada a reclassificação por tempo de serviço para os economiários



Esse ato aproximou a CEF dos seus colaboradores, apesar do longo tempo de espera. Ficaram evidentes ainda, nesse período, a cordialidade e a política da boa vizinhança como as autoridades públicas, representantes dos mais altos escalões do governo. Observa-se também como eram os discursos proferidos pelos representantes da Fenae, que agradeciam o atendimento dessas reivindicações. “O Presidente Rischbieter é, realmente, administrador em quem podemos confiar.” (FILHO, 1974). Esse, quase sempre, era o discurso proferido pela Fenae nas audiências públicas.

A tão sonhada reclassificação de cargos saiu, mas outros benefícios também foram conquistados, com destaque para a majoração do auxílio-alimentação, a gratificação de incentivos à produtividade e a nova estrutura do

quadro de pessoal da CEF. A (figura 9) demonstra que, com a conquista da reclassificação, era hora de lutar por outros benefícios e garantias.

Figura 9: A conquista da reclassificação em 1974



Embora tenha sido importante a conquista da reclassificação, existiam ainda outras reivindicações que continuavam a passos lentos nos debates. Uma delas era a jornada das seis horas de trabalho, um dilema que foi dialogado com autoridades do governo, mas sem nenhuma expectativa de atendimento a curto tempo.

A manutenção do emprego era outra preocupação permanente dos economiários, como até então era chamado os empregados da Caixa. Isso está expresso na (figura 10)

Figura 10: Manutenção dos empregos



Para o Ministério da Fazenda, o benefício da jornada de seis horas não poderia ser concedido, pois a Caixa era identificada como uma entidade de direito privado. É o que cita o Ministro da Fazenda Interino, José Flávio Pécora:

A título de esclarecimento adicional ressaltou-se que, após a sua transformação em empresa pública com características financeiras o Governo tem dado outras atribuições à Caixa que diversificou suas atividades e mais a distinguiu dos bancos e casas bancárias. (FENAE NOTÍCIAS, 1973, P.8).

Essa conquista das seis horas trabalhadas só veio depois de muito tempo, com debate deflagrado durante o governo do então Presidente Figueiredo, em 1979. A demanda contava com a simpatia de senadores e deputados no Congresso Nacional. Na época, o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, dizia que “junto com os economistas, uma solução com a CEF para a transformação em lei

do projeto que estabelece a jornada de trabalho das seis horas”. Como ficou registrado também pelo Fenae Notícia de 79 e demonstrado na (figura 11).

Figura 11: Sancionada a lei de seis horas



A lei relativa à jornada de seis horas de trabalho estabelecia, porém, que a adesão dos empregados da Caixa à CLT se daria pelo critério da opção de 6 ou 8 horas, porém se houvesse a escolha por 6 horas haveria a redução do salário do trabalhador. A lei foi sancionada em 1979, mas o direito que assegurou a jornada de trabalho de 6 horas sem prejuízo salarial só ocorreu em novembro 1985 com o projeto de lei que garantiu também o direito de sindicalização aos trabalhadores da CEF. Outro assunto que preocupava os economiários era o da aposentadoria. O Sasse foi criado para garantir esse propósito, coincidindo com o início da organização da previdência do Brasil. Em 18 de março de 1975, sob o governo do então presidente da República, Ernesto Geisel, a Fenae pedia especial atenção para a preservação desse órgão previdenciário.

[...] a Caixa Econômica Federal, não poderá, amanhã, dentro de uma possível reorganização de todo o esquema previdenciário brasileiro, ser

alijado de sua autonomia para ser colocado, juntamente com um patrimônio valioso que é dos economiários, em órgão que porventura venham ser criados para prestar, justamente, aquela assistência e aquela previdência que o SASSE já presta, a contento de todos, à parcela de brasileiros a ele vinculados, isto é, à classe economiária nacional. (FENAE NOTÍCIAS, 1975, p.3)

A mudança da linha de hierarquia do governo não representava alterações significativas para a categoria. Dado que se tratava do mesmo regime militar, os diálogos e as conversas vão seguir quase sempre o mesmo modelo de aproximação e de cordialidade. Como pode ser observado na (figura 12).

Em relação à aposentadoria da mulher, a Fenaé sempre esteve à frente dessa luta ao reconhecer a importância do papel da mulher, seja na sociedade ou seja no ambiente de trabalho. O departamento jurídico da Fenaé, apoiado na lei constitucional, lutou por esse direito. O objetivo da reivindicação era estabelecer prazos distintos para as aposentadorias dos servidores públicos: 35 anos para os homens e 30 anos para a mulher. Veja o que cita o FENAE NOTÍCIAS de 1973:

[...] a mulher economiária, isto é, aquela que trabalha na CAIXA ECONOMICA FEDERAL e que exerce cargos em comissão, funções gratificadas, ou funções de confiança ou contém com outras vantagens estatutárias, devem ter, quando aposentadas, todas as regalias e vantagens de que gozam os servidores do sexo masculino, pois, de outra forma, estaria sendo inobservados os princípios constitucionais e os postulados da justiça Social. (FENAE NOTÍCIA, 1973, P.11)

A reivindicação estava baseada no fato de que as mulheres representavam 40% do quadro de pessoal da CEF, conforme noticiado pelos órgãos de imprensa da entidade. “Há 21.697 economiários em todo o país, dos quais 60 por cento são homens. Do total de economiários, 14.150 são novos, considerando os admitidos a partir de 1972”. (FENAE NOTÍCIA, 79. p.2).

Figura 12: Audiência com o presidente Geisel



A Fenaee, apesar de não contrapor-se às lideranças governamentais, já vislumbrava um cenário diferente para os novos economiários, e depositava neles suas esperanças na busca por dias melhores para a categoria.

2.1.1 A Fenaee estreitando os laços com os associados

As principais parceiras da Fenaee são as Apcefs sediadas em 26 estados e no Distrito Federal. Essa parceria vem desde 1971 e é fundamental para consolidar o fortalecimento das entidades associativas dos empregados da Caixa. É com esse intuito que a Fenaee põe em prática a gestão democrática e transparente, mecanismo que abre espaço para os associados efetivos das Apcefs, elegerem a cada três anos

os seus representantes, seja na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal da Federação. Essa eleição é direta e a votação é feita no próprio local de trabalho.

Uma constatação: esses procedimentos democráticos e participativos são raros em muitas entidades de abrangência nacional. E, para ser candidato, tem que estar em dia com as obrigações de associado, nos 12 meses imediatamente anterior à data estabelecida para a inscrição de chapa.

A instância máxima de decisão da Fenae é o Conselho Deliberativo Nacional (CDN), composto pelos presidentes de todas as Apcefs. Essa instância reúne-se a cada quatro meses, ocasião em que são discutidas e aprovadas todas as atividades e ações da Fenae e também a prestação de contas do balanço anual e do orçamento da entidade. Essa reunião serve também para troca de experiências e para a formulação de propostas e de demandas regionais das Apcefs.

Em cada região do país, o associado da Apcef usufrui de diversos benefícios. As atividades visam a integração por meio do lazer, práticas esportivas, eventos culturais e sociais, além convênios. Os dependentes também são contemplados. Essa estrutura integra o associado das Apcefs ao movimento nacional dos empregados da Caixa, com a prioridade para a defesa de seus direitos. Existem também parcerias com as entidades do movimento sindical, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cada vez mais, seja de que ponto de vista for, tanto a Fenae como as Apcefs trabalham para oferecer o melhor para seus associados.

Um dos maiores eventos promovidos são os Jogos da Fenae, que mobilizam empregados da Caixa de todo o país e reúnem mais de duas mil pessoas durante uma semana, para competição em diversas modalidades. Esses jogos iniciaram-se em 1987, na cidade de Belo Horizonte e, desde então, proporcionam integração e confraternização entre colegas do mesmo ambiente de trabalho. A realização dos Jogos da Fenae acontece de dois em dois anos e, nos intervalos entre um evento e outro, são feitas seletivas regionais e os melhores classificados integram as equipes de cada estado.

A Fenae também promove a cultura entre os seus associados. Uma das atividades é o Circuito Cultural, cujo objetivo é revelar talentos entre os empregados

da Caixa, enaltecendo as aptidões artísticas. As obras são avaliadas por um grupo de especialistas e também por um júri popular, que escolhe pela internet o vencedor. Os melhores colocados em cada concurso do Circuito Cultural ganham troféus e pontos PAR, um programa de relacionamento criado pela Fenae.

O projeto *Eu Faço Cultura* nasceu da união e da determinação do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa, com base na lei Rouanet, numa parceria entre a Fenae e as Apcefs. O projeto oferece também a oportunidade de participação em semanas culturais, concedendo ainda aos participantes do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa ingressos para shows de Música Popular Brasileira (MPB) com artistas de projeção nacional.

No evento *Música Fenae*, os empregados da Caixa que se dedicam à música e desejam divulgar a sua arte, têm a oportunidade de subir ao palco para demonstrar seus talentos. A cada dois anos, o Música Fenae reúne empregados classificados em festivais estaduais promovidos pelas Apcefs. A primeira edição aconteceu em 1986.

Mais um projeto importante e que tem a chancela da Fenae é o *Quem faz a Caixa, faz arte*. Esse projeto tem o intuito de desenvolver e enaltecer a criação artística e intelectual dos empregados da Caixa. As ações de responsabilidade social das empresas do Grupo Fenae também têm divulgação assegurada no portal www.fenae.org.br.

A Fenae, além de todos esses projetos em prol dos empregados da Caixa, desenvolve ainda projetos sociais em comunidades carentes país afora. A entidade é signatária do Pacto Global da ONU, que tem como objetivos centrais defender os direitos humanos, a melhoria nas relações de trabalho, a preservação do meio ambiente e o combate à corrupção.

A Fenae é filiada ao Instituto Ethos. Um dos compromissos formalizados junto a esse instituto é o de atuar no ambiente social, contra o trabalho infantil e o trabalho escravo. Na Fenae foi implantado o Comitê de Responsabilidade Social, que tem entre suas atividades o projeto Movimento Solidário, implantado em Caraúbas do Piauí (PI). Nesse particular, o objetivo é promover o desenvolvimento local e contribuir para que esse município, que possui um dos piores IDH (Índice de

Desenvolvimento Humano), possa atingir até o fim de 2015 as oito Metas do Milênio estabelecidas pelo ONU. O Movimento Solidário tem parcerias com organizações governamentais municipais, estaduais e federais, empresas, entidades sindicais e populares, associações, fundações e universidades. E, para fortalecer e ampliar essas ações, foi criada em outubro de 2007 o Instituto Fenae de Responsabilidade Social.

E, para que todos os empregados da Caixa possam ficar a par de todas as circunstâncias relacionadas a esses projetos, a Fenae tem boletins eletrônicos conhecidos como *Fenae Net*, produzidos de segunda a sexta, com notícias sobre o que acontece no Mundo Caixa. Objetivo: deixar os funcionários e os trabalhadores em geral bem informados sobre o que acontece no âmbito do movimento associativo.

Outra forma de informação é a Revista *Fenae Agora*. Ela é bimestral e aborda uma variedade de assuntos, com destaque para as questões relativas aos empregados, ao movimento social, ao meio ambiente e à economia. A Fenae também publica cartilhas e revistas para assuntos e campanhas específicas. E, para uma pesquisa mais detalhada, a Fenae também disponibiliza o seu Centro de Documentação (Cedoc) e o Banco de Imagens, encontrado no endereço eletrônico www.cedoc.fenae.org.br. Nesse site, os usuários encontram ainda registros que contam a história da Fenae, com um acervo com mais de 55 mil fotos, das quais disponíveis em alta resolução.

Existe também a Galeria do Pessoal da Caixa, um espaço físico que foi criado para valorizar a história do movimento. Os materiais expostos vão desde documentos, fotos, publicações, cartazes, adesivos, camisetas de atuação sindical até troféus, certificados e medalhas.

Para enriquecer ainda mais o acervo da Galeria, muitos empregados doam ou até emprestam materiais relativos à construção do movimento dos empregados da Caixa. A Galeria e os materiais encontram-se na própria sede da Fenae, em Brasília, pois o resgate da memória dos empregados da Caixa é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais consciente de seu papel e de sua história. É o que cita Marc Bloch.

Uma sociedade, a bem da verdade, raramente é una. Ela se decompõe em ambientes diferentes. Em cada um deles, as gerações nem sempre se superpõem: será que as forças que atuam sobre um jovem operário fatalmente são exercidas, pelo menos com uma intensidade igual, no jovem camponês? Acrescentem, mesmo nas civilizações mais coesas, a lentidão de propagação de certas correntes. (BLOCH, 2001, p.151)

A história da humanidade é composta de lutas, conquistas e derrotas. O homem, sem dúvida, é o motor propulsor das mudanças na sociedade em que vive. Um exemplo ilustrativo disso foi a fundação da Fenae, que nasceu de um desejo de transformação de um grupo de empregados da Caixa, apesar de ter encontrado barreiras no campo político, social, econômicos e cultural.

A vontade de mudar a realidade foi mais forte. Ao longo dos tempos, as conquistas e derrotas fizeram parte desse processo, pois desde a Antiguidade o homem sempre buscou desenvolver a sociedade em que vive. No ambiente da Caixa Econômica Federal, o surgimento da Fenae representou mudança profunda na relação entre o dominado e o dominador. E isto só foi possível devido ao esforço de pessoas que atuavam em torno da ideologia do bem comum.

Hoje, os empregados da Caixa e a Fenae experimentam um novo momento. Muitos são os personagens dessa história. O foco é o de sempre: alavancar o respeito e o prestígio da Caixa perante o povo brasileiro. A Fenae é apenas o canal por onde os trabalhadores da CEF lutam por uma sociedade mais justa e menos desigual.

A maioria desses benefícios foram conquistados na década de 80, esta que foi determinante para o cenário político brasileiro e consequentemente para a CEF, na Caixa sobretudo devido à entrada de novos funcionários, muito deles jovens saindo de universidades federais, que traziam consigo a ideologia e o espírito de luta típicos daquele momento.

2.1.2 A Fena e na década de 1980 e a politização do movimento sindical

Os anos 80 representaram mudanças significativas na estrutura da Fena e trouxeram novos desafios. Um em destaque foi o movimento dos auxiliares de escritórios da Caixa entre os anos de 1981 e 1982, a sua principal reivindicação era a distinção em entre os salários dos empregados que já estavam na empresa e dos novos empregados. Essa distorção serviu para o início de um movimento espontâneo nas unidades, e nos estados, envolvendo grande parte dos funcionários, esse episódio culminou na conquista das seis horas e o direito a sindicalização. É o que diz ex- senador e atual governador do Piauí, Wellington Dias, empregado da Caixa licenciado.

Eu destaco três lutas históricas: uma que garantiu o reconhecimento dos escriturários básicos como escriturários da Caixa Econômica, com uma remuneração mais adequada e, logo a frente, o plano de carreiras e uma maior democratização da Caixa; a luta pelas seis horas, uma luta importantíssima, em plena efervescência da fase de redemocratização do Brasil; e o direito à sindicalização e o reconhecimento da categoria como bancário. (FENAE AGORA ESPECIAL, 2011, p. 34)

Entre os anos de 1980 e 1985, o Brasil estava mergulhado em uma forte recessão econômica, a dívida externa era altíssima por causa dos empréstimos herdados dos militares. Esse era mais um dos legados perversos deixados pelo regime militar. Essa recessão foi tão séria que seria considerada a pior crise do país, ultrapassando até a de 1929.

Foi nesse período crítico de recessão que os trabalhadores resolveram reagir, lutando pela liderança dos sindicatos, tendo em vista de que esses antes estavam nas mãos dos “pelegos”. Ao conquistar o comando de boa parte dessas entidades, os trabalhadores consolidaram partidos políticos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No início dos anos de 1980, as greves seriam o mecanismo de lutas da classe trabalhadora. No 1.º de Maio daquele ano, houve uma mobilização que reuniu mais de cem mil manifestantes nas ruas de São Bernardo do Campo. O país inteiro

era invadido por uma onda de protestos e de greves protagonizadas por categorias como as dos metalúrgicos, professores, bancários e operários da construção civil. O período de 1981 a 1984 também foi marcado por greves e protestos contra o arrocho salarial e as mazelas provocadas pelas sucessivas crises econômicas.

Em 1983 a inflação chegou a registrar 250% anuais, deixando o salário do trabalhador sem valor e milhares de desempregados. Naquele mesmo ano, com especial destaque para a data de dia 21 de julho, deflagram-se as primeiras greves gerais no Brasil, cujas reivindicações visavam pôr fim ao arrocho salarial e ao desemprego.

Na data de 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores realiza um grande comício por eleições diretas para Presidente da República, indo na contramão das leis já pré-estabelecidas pelo regime militar, que previam eleições indiretas para presidente por um Colégio Eleitoral. Essa iniciativa seria um prenúncio das grandes manifestações que varreriam o país entre fevereiro e abril, sob o lema das “Diretas Já”. O de maior repercussão foi o do Vale do Anhangabaú (SP), com mais de um milhão de pessoas. Infelizmente, em abril do mesmo ano, o Congresso Nacional derruba a emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas. Essa derrota, no entanto, representou uma injeção de ânimo em torno das mobilizações que viriam ocorrer nos anos seguintes.

O ano de 1985 foi marcado pela eleição, via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves, do Partido Popular (PP). Tratava-se de uma figura política tradicionalmente conciliadora, e que defendia uma transição negociável com os militares. O seu vice José Sarney era ligado aos militares e foi presidente do PSD, sucessor da Arena, o partido da ditadura militar. Sarney foi também governador do Maranhão e sua história política sempre esteve associada à defesa do latifúndio, nos moldes do antigo coronelismo.

Alguns partidos não aderiram ao Colégio Eleitoral, por considerá-lo uma farsa. Tancredo foi o escolhido para conduzir o governo do país, mas infelizmente morre, assumindo em seu lugar José Sarney, representante da velha política tradicional e conservadora, alinhado às elites mais retrógradas. Apesar de ainda existir uma estrutura política tradicional, o país estava entrando em uma nova fase

de sua história, e a redemocratização começava a dar seus primeiros passos em prol da sociedade.

Depois de mais de 30 anos de ilegalidade, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram legalizados. Vários movimentos sociais e organizações sindicais andaram juntas, o que levou a que os embates entre os patrões, o Estado e os trabalhadores fossem inevitáveis. Na esteira desse processo, as discussões em torno dos planos econômicos encontraram um campo fértil na sociedade.

Foi neste mesmo ano que muitos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) lutaram pela redução da jornada de trabalho de 40 horas semanais. Houve também várias greves, lideradas pelas Comissões das Fábricas e pelas Cipas, organizações que tinham o objetivo de agrupar a luta contra os patrões e o governo, servindo ainda de formação político-sindical para os trabalhadores.

Em 1986 o governo decreta o Plano Cruzado, com efeito devastador nos salários e preços. A reação das organizações populares e dos sindicatos foi imediata, com revoltas populares nas ruas da Capital Federal, como cita Giannotti.

No dia 27 de novembro, em Brasília, aconteceu a maior revolta popular da história da Capital Federal. Um protesto organizado pela CUT contra os efeitos do Plano Cruzado, isto é, contra o arrocho salarial, é violentamente reprimido pela polícia. É decretado Estado de Emergência. A população, em resposta depreda várias agências bancárias da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Popular de Brasília [...] (GIANNOTTI, 2009, p. 261)

A sociedade e as instituições sindicais não deixariam mais espaços para o governo conduzir sozinho o jogo político do país. O que estava em jogo era o aumento da participação da sociedade e das instituições populares, pois todos os segmentos queriam ser ouvidos na construção de um país mais justo e igualitário.

O ano de 1987 também ficaria marcado por grandes mobilizações e greves. Em março, por exemplo, o então Presidente da República José Sarney manda ocupar as refinarias de petróleo pelas Forças Armadas, devido às greves dos petroleiros. No dia 23 de março milhares de bancários fizeram uma paralisação por

uma semana, exigindo reajuste salarial e estabilidade no emprego. Essa mobilização foi considerada a maior greve da categoria até aquele ano. No ano de 1988, foram registradas inúmeras greves e mobilizações contra o arrocho salarial e a política econômica do governo.

A promulgação da nova Constituição brasileira ocorreu no ano de 1988. O texto passou a ser chamado de Constituição cidadã devido a seu caráter marcadamente democrático, chegando alguns a denominá-la de Constituição mais democrática da história do Brasil. Daí fica a certeza de que muitas das atuais conquistas dos trabalhadores são resultado direto das lutas travadas pelas greves de 1978 e 1979.

Os anos 80 estavam próximos e, com ele, as lutas e conquistas seriam travadas em outro campo, o do diálogo e o do confronto entre as lideranças sindicais e as governamentais. As organizações sindicais, combinada com a participação de parcelas da massa de trabalhadores e de estudantes, estabeleceriam uma nova ordem na política brasileira.

Nos anos 80 a Caixa completa 10 anos de unificação. A (figura 13) traz a notícia da posse do primeiro presidente da CEF unificada. O professor Giampaolo Marcelo de Falco afirma que essa unificação foi de extrema importância para o desenvolvimento social do país. No passado, as várias Caixas tinham um papel quase secundário na sociedade, mas, com a unificação, o patamar foi modificado e programas de grande amplitude passaram a ser realizados em benefício da parte mais carente da população. Exemplos disso são o financiamento de casa própria, o penhor em situação de emergência, o financiamento para o estudante, a construção de centros sociais, as obras de infraestrutura.

A participação da Fenae foi de grande valia nesse processo. A entidade, aliás, sempre serviu de canal para que os servidores da Caixa pudessem lutar por suas reivindicações.

A união da classe é o principal objetivo da Fenae. Como também a sua meta maior é preservar a tradição gloriosa da Caixa Econômica Federal, que tem nos economiários o seu mais rico, expressivo patrimônio e a razão de sua crescente grandeza. (FENAE NOTÍCIA, 1980.)

Figura 13: Uma década de grandes realizações para a CEF

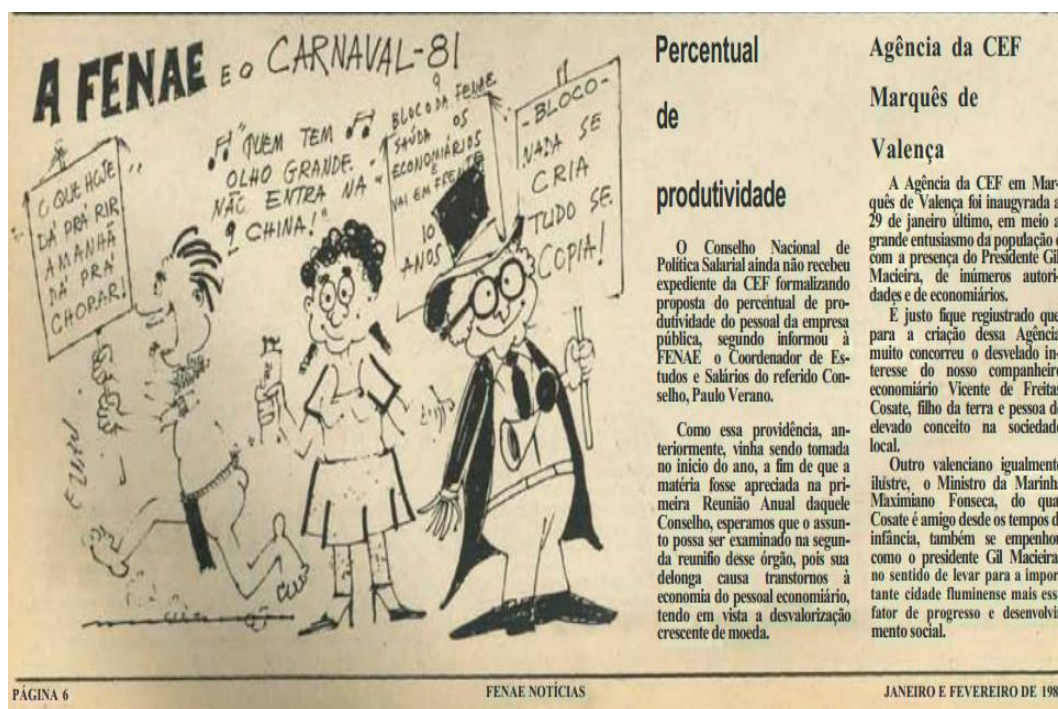


Após esses 10 anos de unificação a relação da classe econômica com a CEF passou por uma nova fase onde o diálogo era mais predominante mesmo quando havia divergências entre a Caixa e a categoria. Basta analisar a notícia veiculada no Fenae Notícia de Março de 1982 com o título “As relações Fenae - CEF”. Veja o que o texto diz.

Jamais a Fenae postulou qualquer medida que se chocasse com os interesses da Caixa. Houve às vezes, discrepância de pontos de vista quanto ao exame e análise de determinadas postulações; entretanto, mesmo nesses casos, sempre se chegou a um denominador comum, mantendo-se incólume o sadio relacionamento que era a tônica desse diálogo. (FENAE NOTÍCIAS, 1982)

As rupturas começam aparecer e a organização de classe reivindicava também medidas que pudesse garantir melhores condições de salários para acompanhar a desvalorização da moeda. O texto apresentado na (figura 14) confirma isso.

Figura 14: Proposta do percentual de produtividade



Na Fenae em 1986, o primeiro mandato de Sérgio Nunes que assumiu o cargo por eleição indireta foi marcado pela agilidade no processo de sindicalização. A sua segunda reeleição em março de 1990 foi a primeira eleição direta na Federação. Durante sua gestão foram feitos contatos com sindicatos, federações e Contec, no sentido de estruturar a Comissão de Enquadramento Sindical para resolver definitivamente a situação da categoria. Em 1985 os deputados aprovaram o projeto de lei que garantia o direito de sindicalização aos trabalhadores da Caixa.

A tônica da gestão de Sérgio Nunes à frente da Fenae foi a de luta pela preservação da CEF como banco público. Eis o que ele disse na época:

É pelo banco social que devemos lutar e contra qualquer tipo de fusão com outros órgãos financeiros como o Banco do Brasil. A Caixa é uma empresa pública de direito privado e como tal, deve permanecer. E é como banco social que ela deve ser respeitada e respaldada pelo governo, pois ela é o agente social deste governo da Nova República e foi de todos os outros governos de exceção. Nossa batalha começa aí. (FENAE NOTÍCIAS, 1986)

Conquistado o direito de serem bancários, sem qualquer impedimento de ligação com sindicatos, os empregados da Caixa lançaram a campanha salarial de 1986 agora, as críticas são direcionadas ao governo e até à própria Caixa. Isso ficou refletido em editorial divulgado pela Fenae, na qual a Federação afirmava que o “governo da Nova República que tanto criticou o uso do decreto-lei para governar, agora vem adotando, desde que assumiu o poder, a mesma prática.” E no mesmo editorial do Fenae Notícias de 1986, o texto também critica as práticas da CEF.

Os empregados da CEF estão incrédulos com as notícias que circulam, pois, não podem acreditar que pessoas que antes criticavam o autoritarismo, que representavam a oposição ao regime militar, e que se identificavam como representantes da classe trabalhadora, se utilizam agora, dos mesmos meios de um regime que considerávamos assado em nossa existência. (FENAE NOTÍCIA, 1986. p.2)

A greve dos dias 11 e 12 de setembro de 1986 mostrou-se inevitável na Caixa, servindo de instrumento para pressionar os dirigentes do banco para o atendimento das reivindicações. O foco, como sempre, era a obtenção de melhores salários e condições adequadas de trabalho. A experiência adquirida com a paralisação trouxe aperfeiçoamento ao movimento dos empregados da CEF. Determinante para isso foi o amparo dado pelas entidades sindicais da categoria bancária.

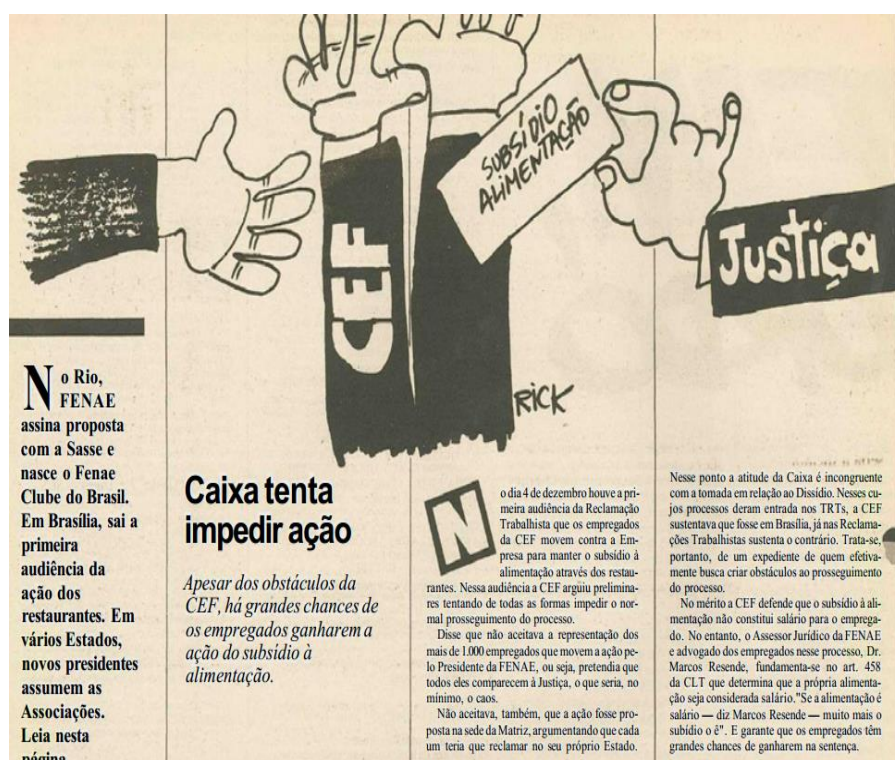
Um dos saldos da primeira campanha salarial dos empregados da Caixa foram as medidas punitivas adotadas pela direção do banco contra o movimento, “algo que pensávamos que fosse passado na CEF, mas que, infelizmente, ainda persiste em nosso meio.” (FENAE NOTÍCIA, 1986, p.2). A Fenae afirmava ainda, naquela ocasião, que uma das medidas mais danosas foi a restrição à alimentação, “elemento essencial para o desenvolvimento do cognitivo humano”.

A CEF, sem pensar nas consequências, pôs fim ao subsídio à alimentação e rompeu o contrato com a totalidade dos restaurantes que serviam refeições para milhares de empregados. Sem comida e sem reposição no cheque-alimentação, os bancários da CEF sentiram o peso dos gastos com refeição. Na tentativa de minimizar o problema, as associações de pessoal (as chamadas

Apcefs) assumiram a administração dos restaurantes e passaram a fornecer refeições com preços mais justos. Resultado: as insatisfações da categoria só aumentavam, não só em função do problema com a alimentação, mas também devido ao fato das agências permanecerem superlotadas, com quadro de pessoal insuficiente e com demandas não atendidas.

Na campanha salarial de 1987, os empregados da Caixa reivindicavam reposição das perdas de 102% nos salários desde o Plano Cruzado. A mobilização na empresa atingiu níveis de praticamente 100% em todo o país, depois que o então ministro Funaro se negou a conceder qualquer reajuste para os trabalhadores do banco, diferentemente do que ocorreu no Banco do Brasil e em outros bancos oficiais. A questão do fim do subsídio à alimentação está registrada na (figura 15).

Figura 15: Subsídio, uma questão de justiça social



Diante da intransigência da CEF, a categoria se uniu ainda mais. A greve foi uma demonstração disso, ocorrendo em protesto a um sem-número de punições. A Feneae critica a postura da Caixa, em matéria divulgada no jornal da entidade, com

o seguinte teor: "Mas o processo de retaliação iniciada pela CEF se apresenta como uma vingança mesquinha daquelas que, pela sua inabilidade, não souberam encaminhar a contento a campanha salarial". (FENAE NOTÍCIAS, Out. 1987). Como aparecem nas figuras 16 e 17.

Figura 16: Greve para a CEF 1987



Figura 17: As perseguições da CEF





A crítica mais contundente da categoria dizia respeito à falta de diálogo, embora a política governamental do período para a Caixa também fosse alvo de preocupações. Já em 1988, os temas dos debates nas instâncias de organização dos empregados do banco versavam sobre conjuntura, situação das empresas estatais, planos de cargos e salários, reforma bancária, entre outros. Afora a questão salarial, existiam também denúncias de corrupção na CEF junto ao Banco Central, com informações a membros do governo sobre favorecimento e liquidação extrajudicial. Diante disso, a postura do movimento era a mesma de sempre: a CEF precisava ser defendida como um banco 100% público, e a voz dessa defesa era os empregados, que contavam com o apoio logístico da Fenaé.

Uma das ferramentas de luta era o Congresso Nacional dos Empregados da CEF (Conecef). Nesse fórum, os empregados aprovavam a pauta de reivindicações das campanhas salariais, depois submetida à apreciação das assembleias sindicais. Essas reivindicações eram apresentadas à CEF, para posteriores negociações. Quando o diálogo ficava difícil, a única forma de se fazer ouvir era através de greves e outros protestos.

O enfrentamento com o aparato do Estado era inevitável, ficando cada vez mais enérgico, como aparece na (figura 19). As manifestações dos trabalhadores eram reprimidas com violência e prisões, o que mostrava que a ferramenta das velhas políticas do autoritarismo ainda estava impregnada nas instituições do governo.

Entre março e dezembro de 1986, a classe trabalhadora criticava a posição do governo em relação aos empresários. O poder aquisitivo dos trabalhadores era corroído mensalmente, as leis eram rígidas para os assalariados e não tinham valor nenhum para os poderosos. Os empresários estabeleciam prazo para reajuste de preços dos produtos, promoviam a desobediência civil e aumentavam os preços como bem entendessem, e o governo assistia a tudo como se não tivesse nada com isso, num claro imobilismo que resultava da falta de poder e de competência.

Figura 19: A greve contra os bancos



Os bancos privados como o Bradesco e o Real também exerciam poder sobre a classe trabalhadora, eles foram considerados fura greves naquela ocasião, pois desrespeitaram a decisão dos sindicatos e da categoria. Porém a população, as entidades de classe e também alguns partidos políticos, apoiavam a luta dos bancários e a ação da Polícia Federal não conseguiu intimidar os grevistas. Foi nessa ocasião que a polícia prendeu dois bancários, entre eles o presidente e o secretário da Associação dos Economiários do Estado do Piauí (AEP). Como aparece na (figura 20).

Figura 20: Adesão à greve



Presidente da AEP do Piauí é preso



Bradesco e Real foram os "fuzis da greve" do Piauí.

A adesão foi da ordem de 95% na capital e interior até o dia 31 de março, quando a maioria dos bancários retornou ao trabalho. Os bancários da CEF pararam todas as unidades da CEF no dia 24 ao dia 2 de abril, na capital e interior.

A Associação dos Economistas do Piauí esteve à frente de toda a mobilização e o Comando Estadual de greve praticamente não precisou fazer piquetes nas agências da CEF.

A população, entidades de classe e partidos políticos apoiaram toda a luta dos bancários.

A ação da Polícia Federal não conseguiu intimidar os grevistas, mesmo prendendo dois bancários do BB, no dia 27, e cinco da CEF, no dia 2 de abril, dentre eles o Presidente e secretário da Associação dos Economistas, Wellington Dias e Marcelino Fonteles, respectivamente.

No dia 3 de abril, mesmo considerando a proposta da CEF insatisfatória, a Assembléia, diante do quadro nacional e local, decidiu, por uma pequena margem de votos, retornar ao trabalho e manter a mobilização até garantir as novas conquistas.

A Central de Informações, em Brasília (FE NAE), São Paulo e Teresina, foram de suma importância para a Unidade do movimento.

Apesar de a CEF ter obtido lucros exorbitantes em 1988 e implementado uma política mais agressiva junto ao mercado, no sentido de aumentar as captações e garantir sua rentabilidade, por meio de maior volume de depósito de poupança, essa situação não garantia melhores salários e condições dignas de trabalho para a categoria. Como resultado disso, os empregados do banco recorriam às greves com bastante frequência. A (figura 21) demonstra como a organização em sindicatos foi importante para a categoria.

Figura 21: III Senecef e a organização de base



De maneira geral o movimento dos Bancários da CEF representa no momento o que há de melhor em estrutura e organização no movimento sindical bancário do país, muito embora seja recente a participação dos bancários da CEF nos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora. (FENAE NOTÍCIA, Jun. 1989, p. 20)

A participação mais efetiva da categoria com sua estrutura organizada que lutou nas campanhas salariais dos anos anteriores foi determinante para concretizar novas alianças e fortalecer os laços com movimento do conjunto da classe trabalhadora. As lutas, greves e mobilizações serviram de ensinamentos para estabelecer novas relações com outras categorias de classe. Agora, as lutas por mais direitos não ficariam restritas somente a um pequeno grupo. Muitas organizações sindicais e de classe já sabiam qual o rumo a ser seguido, seguir para obtenção de mais conquistas. Como aparece na (figura 22).

Figura 22: V Conecef



Outros mecanismos de luta também começaram a fazer parte das reivindicações a partir daquele momento. Os novos contratos coletivos implicaram numa grande revolução nas relações de trabalho, conforme cita a assessoria jurídica do então Departamento Nacional dos Bancários da CUT (CNB/CUT).

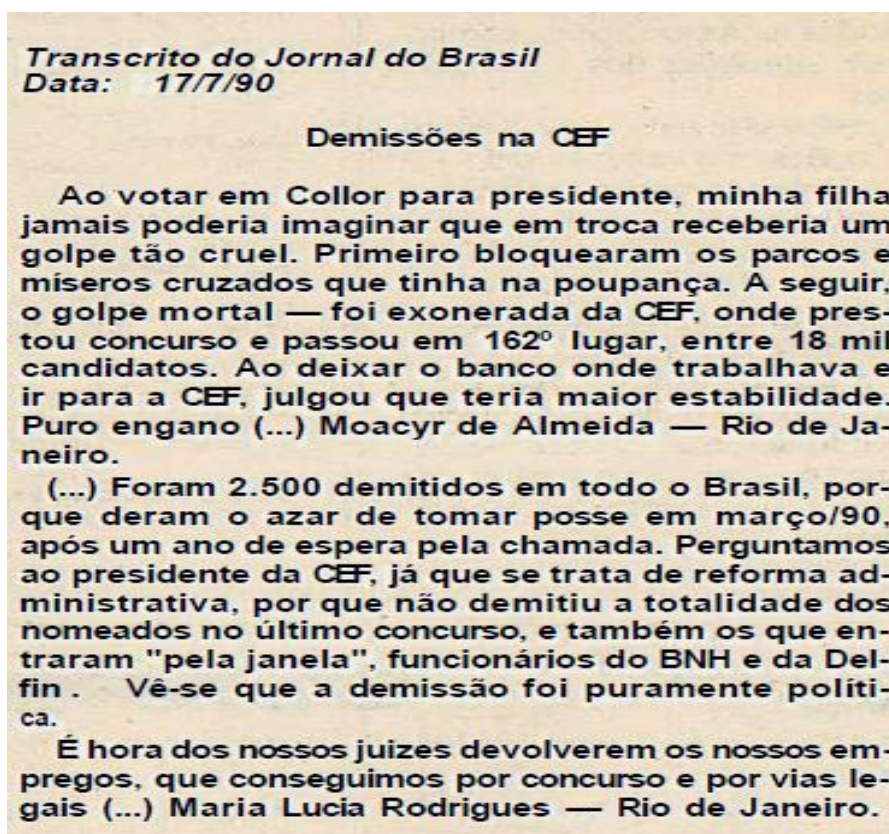
O Contrato deixa de ser apenas um instrumento e passa a ser uma nova forma de negociação, que deve provocar uma alteração fundamental na

correlação de forças. Ele rompe a mística de que só o poder Judiciário pode resolver os conflitos de trabalho. (FENAE NOTÍCIAS, Set. 1989.p. 7)

Por outro lado, as experiências das mobilizações no decorrer dos anos anteriores serviram para organizar as lutas em prol dos admitidos durante o governo Collor.

A (figura 23) comprova como as demissões ocorreram naquele período.

Figura 23: A arbitrariedade do governo Collor



A quantidade de liminares impetradas nas varas estaduais da Justiça do Trabalho só confirma o quanto foi arbitrária e abusiva o ato do presidente da CEF Lafayette Coutinho, que demitiu vários empregados em todos os estados, somente para mostrar serviço para o governo Collor. "Lafayette Coutinho Torres acabou com o relacionamento civilizado da empresa com o movimento sindical, ao mesmo tempo

que implantou o terrorismo no meio dos empregados.” (FENAE NOTÍCIA, Julh./90, nº 49 p.5) . Como pode ser observado na (figura 24).

Figura 24: Críticas à gestão de Lafayette Coutinho



A categoria, já organizada em torno das entidades representativas, não economizou críticas à gestão de Lafayette Coutinho e ao governo Collor. A empresa, da maneira mais ufanista possível, utiliza as páginas da revista Exame, enaltece os

feitos de seus gestores da época, sobretudo por “sua austeridade administrativa sem precedentes na CEF.” (revista Exame, Agosto 1990). Para a maioria dos funcionários, no entanto, não era isso que parecia ser. A avaliação da categoria era oposta à apresentada pelo banco, a conferir: “O verdadeiro inimigo de Lafayette parece ser, na verdade, o corpo de empregados da Caixa.” (FENAE NOTÍCIAS, ago.1990.)

Enquanto isso, nenhuma resposta satisfatória era dada para os 288% de reposição salarial que tanto a categoria reivindicava. “ Se nossos salários não estão ainda mais arrochados é porque lutamos, garantimos nossos direitos e realmente trabalhamos.” como foi publicado no Fenae Notícias 1990.

A organização de classe não tinha somente as reivindicações salariais como projeto principal de luta. Outra prioridade era a luta pela manutenção da CEF como banco social e público como banco social. O uso da instituição como trampolim em prol de interesses políticos escusos também era alvos de críticas permanentes. Em seus veículos de comunicação, a categoria citava que a gestão de Lafayette Coutinho à frente da CEF havia gastado 12 milhões de dólares em propaganda, só com os produtos da própria empresa. “A essa quantia é preciso somar os milhões de dólares que a CEF está gastando, para bancar a campanha de propaganda do governo Collor.” (FENAE NOTÍCIAS, ago. 90).

Na época, contudo, Lafayette se queixava que o presidente Sarney torrava os recursos para financiamentos habitacionais nos primeiros seis meses do ano. Tudo não passava de jogo de cena. Ocorre que havia a denúncia de que, nos primeiros meses da gestão de Lafayette Coutinho, o estado de Alagoas já tinha sido privilegiado com novos financiamentos da CEF, em detrimento de outras localidades. Uma constatação: a Caixa estava sendo usada para favorecimento político.

Apesar dos anos 70 ter representado um momento difícil para toda a sociedade brasileira, alguns setores, descontentes com o caminho que o país seguia, conseguiram furar esse cerco ao longo das últimas décadas. Hoje, por exemplo, as organizações de trabalhadores podem desfrutar dessa vitória. É o que cita o texto extraído do Fenae Notícias.

A partir de 1978, após muitos anos de silêncio forçado, os trabalhadores tomaram a iniciativa nas lutas sociais. São milhares que se lançaram contra a tirania do capital: suas lutas ultrapassaram os limites da fábrica e se tornam presentes em toda a sociedade. Foram grandes movimentos que desafiaram abertamente as leis dos patrões e seu governo. (FENAE NOTÍCIAS, Out. 1990, p.3)

Uma das principais lições retirada desse movimento é a que aponta que as organizações de base, com o apoio dos sindicatos, não devem ser apenas mecanismo de defesa do trabalhador, podendo também serem a ferramenta da emancipação dos trabalhadores. A (figura 25) confirma esse fato.

Figura 25: A importância da formação sindical

formação sindical

A organização de base não é apenas um instrumento de luta sindical, mas elemento vital para a emancipação dos trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO
Necessidade e importância da Formação Sindical

Desde a década de 1970, após muitos anos de silêncio forçado, os trabalhadores tomaram a iniciativa nas lutas sociais. São milhares que se lançaram contra a tirania do capital: suas lutas ultrapassaram os limites da fábrica e se tornam presentes em toda a sociedade. Foram grandes movimentos que desafiaram abertamente as leis dos patrões e seu governo.

Muitas organizações de base multiplicaram-se em várias regiões de trabalhadores e centros de lutas sociais, com o objetivo de proporcionar ao movimento sindical, através da participação dos trabalhadores, uma visão mais ampla da realidade. Os problemas de uma subordinação são agravados cada vez mais pela crise econômica no país. São milhões de desempregados, redução de salários, perseguições e hostilidades contra os trabalhadores, etc.

Os sindicatos, porém, encontram-se em uma situação difícil que os coloca em uma posição de defesa mais do que de luta. As lutas sociais são mais difíceis e mais complexas do que nunca. A luta sindical deve ser mais ampla e mais profunda, envolvendo os trabalhadores de qualquer indústria de qualquer nível de desenvolvimento.

A organização sindical, no que diz respeito à estrutura organizativa, jurídica e financeira, continua sendo o elemento vital para a emancipação dos trabalhadores. A luta sindical deve ser mais ampla e mais profunda, envolvendo os trabalhadores de qualquer indústria de qualquer nível de desenvolvimento.

Resultados alcançados:

Grande parte dos sindicatos, com suas diversas organizações, tem se

distinção de classe.

Definir o nível da luta sindical.

Na CEF, encontramos uma organização de base que garante vitória significativa no enfrentamento com as políticas adotadas pelo governo.

Portanto, a que consideramos é que a luta sindical é uma luta de classe, por isso, não podemos ser apenas um instrumento de defesa dos trabalhadores, mas também uma ferramenta de emancipação dos trabalhadores.

Para superar essas dificuldades, devemos desenvolver estratégias de Formação Sindical, de forma a ampliar os horizontes dos militantes, que estão no movimento.

Entre as principais estratégias de Formação Sindical, podemos destacar:

1. Desenvolver uma visão de totalidade da luta sindical, com ênfase na luta de classe, na luta social e na luta política.
2. Situar a organização da CEF no contexto da luta sindical, social e política.
3. Estimular a participação dos trabalhadores na luta sindical, social e política.
4. Desenvolver a luta sindical, social e política, com ênfase na luta de classe, na luta social e na luta política.
5. Desenvolver a luta sindical, social e política, com ênfase na luta de classe, na luta social e na luta política.
6. Desenvolver a luta sindical, social e política, com ênfase na luta de classe, na luta social e na luta política.
7. Desenvolver a luta sindical, social e política, com ênfase na luta de classe, na luta social e na luta política.

Essas estratégias não são apenas teóricas, mas também práticas. Elas devem ser desenvolvidas em conjunto com os trabalhadores, com o objetivo de alcançar a emancipação dos trabalhadores.

MANEIRA DE BASE

Em relação aos empregados da CEF, a organização de base teve um papel fundamental nas conquistas da categoria, mesmo enfrentando a intransigência

dos patrões e de governos. Mas elas, vistas de forma isoladas, não são suficientes para confrontar novos desafios a ocorrer no futuro. O fundamental é continuar insistindo na combatividade, de modo a melhor compreender as raízes de toda a organização do Estado, assim como do controle das autoridades e da burguesia. “Significará um esvaziamento e desnorteamento progressivo da nossa luta.” (FENAE NOTÍCIAS, Out. 1990).

Para superar eventuais limitações, a categoria precisa desenvolver programas que estimulem a formação sindical. Essa será uma das formas para ampliar os horizontes dos militantes que atuam no movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste trabalho, para fins de contextualização, como se desenvolveu a classe operária e como ocorreu a implantação das organizações sindicais na Europa. Também é analisado como esse fenômeno influenciou as organizações na América Latina. No Brasil, foi possível perceber que essas organizações foram importantes para ampliar a consciência sindical. Viu-se também como o nascimento da Fenae em momento conturbado da nossa história, já que ocorreu em pleno regime militar, foi determinante para inúmeras conquistas em favor dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

A questão da unificação da Caixa também é vista como positiva, pois permitiu que os empregados do banco passassem a lutar coletivamente por melhores salários e por condições dignas de trabalho. A existência da Fenae, portanto, coroa todo esse processo de mudanças. Isso está refletido nas políticas e projetos implantados desde a sua fundação, independentemente da corrente política que estiver no comando, a tônica da atuação da Fenae é a busca por uma sociedade justa e menos desigual.

A caminhada da Fenae foi escrita nesse contexto. Foram períodos difíceis, dos quais o radicalismo e a cordialidade serviram como ferramenta de manobra em benefício das reivindicações dos empregados da CEF. As experiências do passado serviram de base para transformar uma estrutura burocrática em um movimento politizado. Essa nova estrutura concretizou muitas conquistas do presente. Para que esse processo seja continuado, grande parte da categoria precisa ter consciência do seu papel nas lutas cidadãs Brasil afora. Essa é a condição para que os benefícios sejam direcionados ao conjunto dos empregados, e não apenas a um pequeno grupo de privilegiados.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: Os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ANTUNES, Ricardo C. **O que é Sindicalismo** .18 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos, 3).
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886 – 1944 **Apologia da História, ou, O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Mortiz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- CARVALHO, José Murilo de, 1939 – **Cidadania no Brasil**: o longo caminho/ José Murilo de Carvalho. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CIOFFI, Leandro. Sindicalismo brasileiro: história, ideologias, legitimidade e direito. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 9, n. 1, p. 43-56, jan./jun. 2008.Divulgado em: <file:///C:/Users/asus/Downloads/1904-6591-1-SM.pdf> Acesso em: 27 Maio 2014.
- Emilio Medici** - 30/10/1969 - 15/03/1974 - ARENA (militar) - Augusto Rademaker
- FENAE AGORA, Especial, 2011 – Edição Especial 40 anos. Artigo Wellington Dias.
- FENAE, Notícias, 1973 a 1980. Órgão informativo da Federação Nacional das Associações Econômicas – FENAE.
- FGV CPDOC. A Era Vargas: DOS ANOS 20 A 1945. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego> Acesso em: 20 jun. 2014.
- FILHO, Arthur Ferreira de Souza. O caminhar da Federação. **Fenae notícias**. Página 11, janeiro de 1973.
- FILHO, Michael Zaidam. REVISTA DE HISTÓRIA – Número 119 (Nova Série) Publicação Semestral – julho de 1985 a dezembro de 1988. **As origens da Política de Unidade Sindical no Brasil**. USP – São Paulo – Brasil. 1988.
- FURTADO apud HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000100007&script=sci_arttext Acesso em: 25 Out. 2014
- GIANNOTTI, Vito. **Liberdade sindical no Brasil** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil** 3. ed. Rio de Janeiro, Revista e ampliada, 2009.
- LOURENÇO, Iolando; RICHARD, Ivan. **Elaboração da Carta de 1988 teve o ser humano como referência, diz o autor da Constituinte**. 2013 Agência Brasil. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/10/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-o-ser-humano-como-referencia-diz-relator> Acesso em: 20 jul. 2014.

MATOS, Jorge Rocha. Recrudescem as esperanças: Tudo nos leva à reclassificação. **Fenae Notícias**, 1973.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH – **INSTITUIÇÕES**. ed. Marco Zero. – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 7, nº 14, março/agosto de 1987.

REVISTA LTr – Legislação do trabalho – Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, vol. 72, nº 09, setembro de 2008 – revista LTr. 72 – 09/1127. Doutrina – **Sindicalismo Brasileiro – História, ideologias, legitimidade e direito**.

ROMITA, Arion Sayão. **O Fascismo do Direito do Trabalho**. SP: LTr, 2001.
Disponível em:

http://social.stoa.usp.br/articles/0016/3900/o_fascismo_no_direito_do_trabalho_brasileiro.pdf Acesso em: 24 jun. 2014.

SILVA, Zélia Lopes da. Instituições – Os sindicatos e a gestão do Estado no Mercado de Trabalho: São Paulo 1929/1932. **Rev. Bras. De Hist.** São Paulo V. 7 nº 14 pp.79-97. Mar./Ago. 87.

VALIM, Mauricio; COSTA, Soraya. **A história da televisão: da sua invenção ao início das transmissões em cores**. 1998. Disponível em: <http://www.tudosobretv.com.br>.

Links Consultados:

<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>

<http://ano70.com.br/anos-70-e-os-fatos-de-uma-decada/>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-ser-humano-como-referencia-diz-relator-da-constituente>

http://veja.abril.com.br/idade/Copa70/imagens/painel_bpolitica.htm

<http://www.brasilecola.com/biografia/luiz-inacio-lula-da-silva.htm>

<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/todos-os-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil.html>

<http://www.fenae.org.br/data/pages/8A19A3E23AD5352B013AD5548CCC2052.htm>

<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-emilio-medici/>

<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/> acessado em 24/07 às 21:30h.

<http://www.mundoeducacao.com/historiadobrasil/a-constituicao-1988.htm>

<http://www.mundovestibular.com.br/articles/2799/1/PRESIDENTES-DO-BRASIL---PRESIDENTE-DA-REPUBLICA/Paacutegina1.html>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000100007&script=sci_arttext

<http://www.tudosobretv.com.br/histortv/tv70.htm>

<http://www2.cultura.gov.br/site/acesso-a-informacao/projetos-incentivados/>

<https://www.funcef.com.br/ccom/PageSvr.aspx/Get?Sec=QuemSomos>